

AMBIENTE ATUAL PARA O DESENVOLVIMENTO DO EMPREENDEDORISMO BRASILEIRO: FOCO EM FATORES MACROECONÔMICOS E AÇÕES GOVERNAMENTAIS

RESUMO

Há quem diga que a era atual é a era do empreendedorismo. Há quem defenda que o empreendedorismo é a chave para o desenvolvimento de qualquer nação. Os estudos acadêmicos apontam nesta direção e a justificativa normalmente está na busca pela inovação.

O fato inovador é apontado como o objetivo final, isto porque ele normalmente vem carregado de sucesso e riqueza, o que gera crescimento econômico e social consistente.

Diante da importância do empreendedor e de suas pequenas e médias empresas vem o questionamento se o Brasil está tomando atitudes neste sentido. Será que o cenário conduzido pelo estado brasileiro é favorável para o surgimento de pessoas aptas ao risco em troca de um sucesso empresarial?

O objetivo deste estudo é discutir o cenário econômico brasileiro com foco nos principais complicadores para o desenvolvimento do empreendedorismo e das micro, pequenas e médias empresas no Brasil. De acordo com os fatores que influenciam o surgimento de novas empresas, tenta-se discutir como o Brasil está em relação aos outros países.

Neste sentido foi levantada a evolução econômica histórica do Brasil com foco no pós-ditadura. Partindo do governo de José Sarney, quando a inflação era astronômica e a democracia lutava para se impor, e passando pelas administrações de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, foi possível remontar os desafios de cada governo e justificar as atitudes tomadas. O estudo reafirma os conceitos existentes no plano real e a luta de FHC para conter a inflação e manter o país estável diante das crises internacionais. A sequência dada por Lula mantendo a mesma política econômica e incentivando o consumo para obter crescimento econômico e iniciar a expansão de políticas sociais. Para melhor situar o cenário atual discutiu-se a mudança de foco política dada no governo Dilma e o caminho seguido para o baixo crescimento obtido durante os últimos quatro anos.

Não é só de situação econômica que vive uma empresa, há grande dependência de infraestrutura logística e energética, de disponibilidade de crédito, facilidade jurídica e tributária além de mão-de-obra qualificada e acesso a tecnologia. A discussão destes assuntos é de certa forma decepcionante, visto que, em todos os indicadores existentes para quantificar e comparar as nações, o Brasil se posta entre os piores países com baixa qualidade estrutural e de mão-de-obra, burocracias elevadas na questão jurídica e tributária e custo de financiamento altíssimo.

Baseado em dados do Banco Mundial, Fórum Econômico Mundial, BNDES, Tesouro Nacional e consultorias tributárias e de recursos humanos, foi possível situar o Brasil no cenário mundial e enxergar os principais gargalos e deficiências que nos colocam como um país em péssimas condições para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas.

Palavras-chave: Empreendedorismo; micros, pequenas e médias empresas; cenário econômico brasileiro; fatores de estímulo ao empreendedorismo; evolução econômica brasileira; infraestrutura do Brasil.

1. INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O empreendedorismo vem ganhando cada vez mais destaque em estudos científicos e ações governamentais. A ação de empreender é benéfica à sociedade, principalmente quando traz consigo inovação. Para o Estado isso significa, dentre várias vantagens, geração de riqueza, de postos de trabalho e desenvolvimento tecnológico e social. É por estas e outras razões que o empreendedorismo segue ganhando as páginas de jornais e revistas e o tempo de estudo de órgãos internacionais como o Banco Mundial. O processo em si não é tão recente, mas desde a década de 1990 alguns países tem se voltado bastante ao assunto, o que levou DORNELAS (2008) a considerar a era atual como “Era do Empreendedorismo”.

Segundo PUGA (2002; apud CAMPOS et al 2013; p. 6) muito já se tem feito para o desenvolvimento do empreendedorismo, principalmente no exterior. O mesmo autor diz que “[...] governos buscaram conceder empréstimos, facilitar o acesso destas empresas ao sistema financeiro, conceder assistência técnica antes e depois do início das atividades e incentivar a cooperação entre elas”.

No Brasil também é possível encontrar iniciativas à favor do empreendedorismo. O Sebrae, por exemplo, é uma entidade privada sem fins lucrativos que defende esta causa. Como a própria entidade se apresenta, o Sebrae é um “[...] agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, criado para dar apoio aos pequenos negócios de todo o país. Desde 1972, trabalha para estimular o empreendedorismo e possibilitar a competitividade e a sustentabilidade dos empreendimentos de micro e pequeno porte.”

Assim como o Sebrae há outras ações, advindas do Estado brasileiro, que buscam melhores condições para a iniciativa privada, principalmente de pequeno porte. No segmento tributário pode-se citar a criação do Simples Nacional (opção menos burocrática e onerosa) e no segmento de crédito temos o desenvolvimento de linhas acessíveis ao pequeno empresário e menos onerosas, subsidiadas pelo BNDES.

Normalmente as ações de incentivo ao empreendedorismo são direcionadas a pequenas e médias empresas. Todo projeto de risco tende a começar com um pequeno capital investido e são estas pequenas e médias empresas que demandam mais incentivos e condições macroeconômicas. O empreendedorismo de grande porte é mais raro e não demanda tanta atenção por já ter capital para investimento, poder de barganha, capacidade de contratação de mão-de-obra qualificada entre outras vantagens.

O que foi colocado como incentivo e condições macroeconômicas são os fatores críticos para o desenvolvimento do empreendedorismo que estão fora do alcance do empreendedor. Estes fatores, conforme estudos, podem ser exemplificados como: acesso ao crédito, burocracia jurídica, carga tributária, mão-de-obra qualificada, infraestrutura entre outros tópicos que favorecem ou não a tomada de risco para abertura de um negócio.

O trabalho em questão tem o objetivo de levantar os fatores críticos, que não estão ao alcance do empreendedor, mais importantes para o desenvolvimento do empreendedorismo e defender com fundamentação as dificuldades enfrentadas pelo setor privado em suas fases de nascimento e desenvolvimento. A intenção é colocar os problemas novamente em evidência para que o governo ou a sociedade encontre soluções cabíveis no intuito de conduzir o Brasil à tendência mundial de desenvolvimento com base no empreendedorismo.

A justificativa do estudo está no comportamento mundial sobre o empreendedorismo. Há uma tendência muito grande de incentivo ao empreendedorismo e o Brasil como um país em

desenvolvimento tem o dever de se dedicar ainda mais para gerar inovação, riqueza e desenvolvimento social.

Tendo isto em mente o problema levantado é: Qual o ambiente brasileiro para desenvolvimento do empreendedorismo de acordo com os principais fatores críticos levantados?

Para responder esta pergunta utilizaremos como metodologia uma pesquisa qualitativa de natureza documental com um objetivo explicativo. Utilizaremos dados secundários de órgãos nacionais e internacionais tanto para expor o problema como para justificá-lo e explicá-lo.

1.2 EMPREENDEDORISMO – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

DORNELAS (2008; p. 9) considera que os empreendedores são os responsáveis por quebrar barreiras comerciais e culturais, encurtar distâncias, criar emprego e estimular a globalização e a renovação de conceitos econômicos. Este autor ainda enfatiza a importância do empreendedorismo dizendo que há “[...] uma convicção de que o poder econômico dos países depende de seus futuros empresários e da competitividade de seus empreendimentos”.

Um conceito antigo sobre empreendedor e ainda muito citado academicamente é o de SCHUMPETER (1949; apud DORNELAS 2008; p. 22). Ele diz que:

O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais.

KIZNER (1973 apud DORNELAS 2008; p. 22) apresenta opinião parecida em relação à figura do empreendedor como um identificador de grandes oportunidades, sempre atento às informações e com apetite por conhecimento na expectativa que este traga retorno no futuro. Em relação ao conceito exato ele tende a ligar o empreendedor àquele que encontra uma posição favorável em meio a um caos ou ambiente turbulento, aproveitando oportunidade na situação presente.

Eis que o empreendedorismo normalmente está ligado à inovação, razão principal pela qual nações e grandes empresas se preocupam em desenvolver esta cultura na população. A inovação traz a possibilidade inerente de sucesso, desenvolvimento e riqueza tal qual vimos ao longo destas últimas décadas com o advindo da informática e internet.

Nos países desenvolvidos, os empreendedores são os grandes propulsores da economia. Na grande maioria dos países, o empreendedorismo tem sido o centro das políticas públicas. Essa importância, conforme atesta Bortoli Neto (1980, p. 6), decorre da constatação do importante papel que essas empresas exercem no plano econômico e social e das dificuldades específicas em relação à competitividade a que elas estão sujeitas por serem de menor porte; a despeito de seu tamanho, porém, elas são importantes agentes para fomentar a concorrência e assim contribuir para a criação de condições para a livre concorrência. (CAMPOS et al, 2013; p. 4)

Sobre as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, algumas são diretamente pensadas neste sentido, porém outras involuntariamente acabam atingindo positiva ou negativamente o segmento em questão. Por exemplo, a desburocratização jurídica para abertura de empresa é uma ação pensada para incentivar novos negócios enquanto que uma taxa básica de juros em níveis próximos de zero não é especificamente uma ação para incentivo ao empreendedorismo, mas a partir do momento que se consegue tais patamares o resultado é crédito menos oneroso para os empreendedores e maior busca da população por investimentos de maior risco e retorno.

O relatório “*Doing Business*”, anualmente divulgado pelo Banco Mundial, tenta medir a facilidade de fazer negócio em um país com o objetivo de classificar os países em relação ao nível regulatório que permite o desenvolvimento do setor privado. É a simples tentativa de criar indicadores para concluir em quais países o setor privado tem mais incentivo e condições para desenvolvimento.

Os tópicos analisados são: i) abertura de empresa, ii) obtenção de alvarás de construção, iii) obtenção de eletricidade, iv) registro de propriedades, v) obtenção de crédito, vi) proteção de

investidores, vii) pagamento de impostos, viii) comércio entre fronteiras, ix) execução de contratos e x) solução de insolvências.

O Fórum Econômico Mundial também divulga um relatório anual (“*The Global Competitiveness Report*”) com o objetivo de medir a competitividade global. Eles colocam a competitividade como o conjunto de instituições, políticas e fatores que determinam o nível de produtividade de um país e ligam o nível de produtividade à taxa de retorno dos investimentos. O retorno sobre o investimento é o que os empreendedores buscam e é, de fato, o que o Fórum Econômico Mundial coloca como produtividade e, por meio de indicadores, avalia os países.

São doze pilares: i) instituições (interação entre pessoas, empresas e governo), ii) infraestrutura, iii) ambiente macroeconômico, iv) saúde e educação primária, v) educação superior e treinamento, vi) eficiência do mercado de produtos, vii) eficiência do mercado de trabalho, viii) desenvolvimento do mercado financeiro, ix) disponibilidade tecnológica, x) tamanho de mercado, xi) sofisticação de negócio (qualidade da rede de negócios e das operações e estratégias individuais) e xii) inovação.

O relatório do Banco Mundial tem maior foco na parte regulatória, legislativa e de custo. Há um indicador focando em sistema tributário, um indicador para obtenção de crédito, alguns indicadores contemplando questões de infraestrutura (obtenção de energia e comércio entre fronteiras) e a maioria foca em burocracia jurídica (abertura de empresa, alvará de construção e registro de propriedade) e legislação favorável ao investidor (proteção de investidores, execução de contratos e solução de insolvências).

O relatório do Fórum Econômico Mundial tem um foco maior nas condições macro, que não estão ao alcance do empresário, não se limitando à parte regulatória e legislativa. Há um tópico que aborda a burocracia jurídica, legislação e a interação entre pessoas, empresas e governo, o que se explora bem no relatório do Banco Mundial. Outros tópicos que se repetem e se completam são: mercado financeiro (acesso ao crédito) e infraestrutura. Contudo o Fórum Econômico Mundial ainda explora pontos como mercado de trabalho e educação, mercado de produtos e ambiente macroeconômico e tecnologia e inovação.

Com base nestas informações foram elencados os fatores considerados mais importantes para o desenvolvimento do empreendedorismo do ponto de vista governamental e macroeconômico (fora do alcance do empreendedor). Os seguintes tópicos possibilitam a conclusão de quão preparado um país está para o surgimento e desenvolvimento de novas empresas:

- Acesso a fonte de recurso financeiro externa à empresa (obtenção de crédito);
- Acesso a educação e pessoas qualificadas (mercado de trabalho);
- Burocracia jurídica e sistema regulatório;
- Carga tributária e burocracia fiscal;
- Macroeconomia e mercado consumidor;
- Infraestrutura logística, energética e de comunicação e
- Acesso a tecnologia e investimento em pesquisa e desenvolvimento.

2. CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

2.1 PÓS-DITADURA MILITAR

O Brasil atual tem como linha de corte o pós-ditadura militar. Foi neste momento que a democracia retornou e o país passou a tomar o rumo que a população opta. Contudo as heranças da ditadura seguiram por vários anos e, de 1985 a 1994, o Brasil vivenciou tempos difíceis de inflação alta, muita tensão e pouco desenvolvimento.

O primeiro tom de dramaticidade já foi dado em 1985, devido ao falecimento de Tancredo Neves, presidente civil recém-eleito indiretamente. Quem assume o país é José Sarney e a tarefa era árdua, pois os níveis de inflação eram estrondosos, a dívida altíssima e a demanda por melhoria com a retomada da democracia era notória.

Um fato importante para o cenário de abertura do governo Sarney é a moratória decretada pelo México em 1982. A crise mexicana agravou a situação de economias emergentes e levou o Brasil a um déficit de US\$8,8 bilhões, conforme dados do BNDES (2009).

Nessas condições, parecia não haver alternativa, senão iniciar movimentos no sentido de buscar cooperação internacional. Em setembro de 1982, o país iniciou conversas com a diretoria do Fundo Monetário Internacional e com a comunidade financeira internacional. Naquele ano, foi necessária a negociação de empréstimos-ponte no valor aproximado de US\$ 3 bilhões para que fosse possível fechar o balanço de pagamentos. Tendo em vista o tamanho da restrição externa, a renegociação da dívida externa passou a ser o assunto do momento para o país. Ao final de 1982, o governo anunciou que as políticas adotadas já estavam em linha com as recomendações do Fundo. (BNDES, 2009; p. 73)

Este é o cenário para o mandato de José Sarney, completamente marcado pela tentativa de conter a inflação. Foram quatro planos lançados neste sentido, sendo que os resultados foram desastrosos, duas mudanças de moeda (Cruzado e Cruzado Novo) e por fim faltavam produtos nas prateleiras, devido, principalmente, ao congelamento dos preços.

Os cinco anos de José Sarney (1985 a 1990) tiveram uma média de inflação de 412%, sendo, a acumulada do ano de 1989, o pior entre eles, 1.649% (segundo dados do IBGE). E, além do problema inflacionário, o Brasil ainda declarou moratória (em 1987), devido aos déficits constantes, criando uma situação incalculavelmente desafiadora para a disputa eleitoral em 1989.

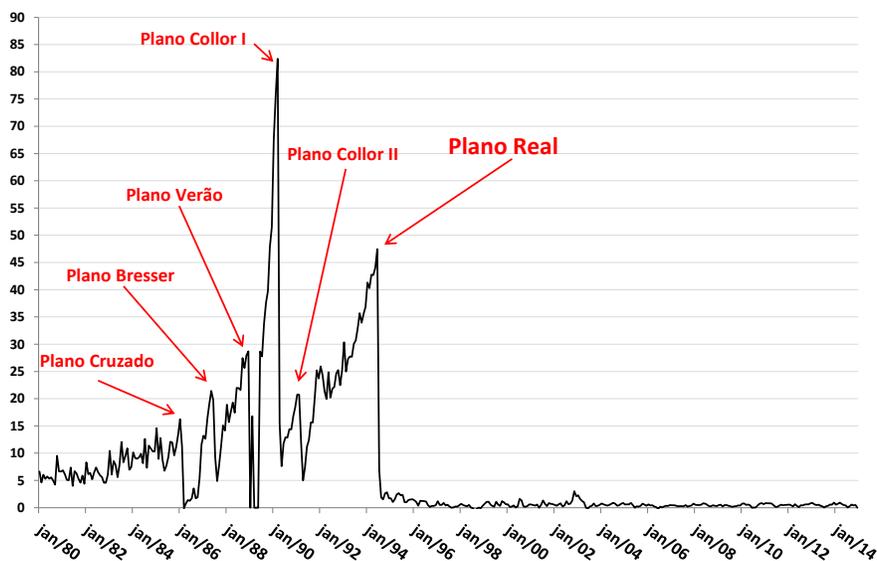
Indo além das polêmicas gerais, Collor (pouco conhecido e sem maioria no congresso) venceu a disputa e uma de suas primeiras ações foi o Plano Collor que previa a mudança da moeda para Cruzeiro e confisco de recursos em poupança acima de 50 mil cruzeiros. O plano não foi bem visto por boa parte da população, como já era de se esperar, e a popularidade do presidente despencou violentamente com escândalos de corrupção denunciados pelo seu próprio irmão. A falta de apoio do congresso, a insistente inflação e os pífios resultados econômicos foram minando o governo, que frente a um processo de impeachment, desmanchou-se resultando na renúncia Collor.

Nos pouco mais de dois anos de mandato, Collor tentou fazer uma abertura do Brasil para empresas estrangeiras, porém a economia em si não deu resposta alguma e a evolução do PIB dos anos de 1990, 1991 e 1992 foram respectivamente -4,3%, 1,0% e -0,5%.

Quem assume após a renúncia de Collor é Itamar Franco e o tema central é o mesmo de sempre: inflação. O IPCA em 1992 (último ano de Collor) atingiu 1.119% ao ano e, em 1993, pouco se conseguiu fazer de diferente, se é que não se fez pior, já que a inflação chegou a 2.477% ao ano. O produto interno bruto reagiu e atingiu nos anos de 1993 e 1994 respectivamente 4,9% e 5,8%, mas o fato marcante do governo de Itamar Franco é o Plano Real instituído em 1994.

O gráfico a seguir mostra a evolução do IPCA mensal desde os últimos anos de ditadura até 2014 com a identificação dos planos mais famosos lançados no período. Nota-se os efeitos de curto prazo dos planos instalados anteriormente ao Plano Real e os patamares inflacionários antes de julho de 1994.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO IPCA MENSAL DE 1980 A 2014



Fonte IBGE

Nos primeiros seis meses de 1994 a inflação acumulada chegara a 757%, quando, em julho, entrou em vigor o Plano Real com uma nova moeda (Real) pareada ao dólar e com novas emissões vinculadas ao volume de dólar nos cofres do Banco Central do Brasil. O resultado foi que a segunda metade de 1994 apresentou inflação acumulada de 18,57%, dando força para o ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, ganhar as eleições naquele mesmo ano.

Fernando Henrique Cardoso assumiu o ministério da fazenda em maio de 1993 e na tentativa de conter a inflação reuniu vários economistas como Pêrsio Arida, André Lara Resende, Gustavo Franco, Pedro Malan, Edmar Bacha, Clóvis Carvalho e Winston Fritsch. Por força da mídia, do PSDB e de Itamar Franco todos os méritos do plano real recaíram ao FHC sem que o mesmo tenha participado diretamente da formulação do plano, ainda mais que este tinha deixado o cargo para concorrer à presidência da república.

2.2 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Em 1995 começa o Brasil que conhecemos hoje. Deixando de lado as polêmicas discussões sobre corrupção, nos resta uma boa gama de situações econômicas envolvendo estes últimos mandatos presidenciais.

O primeiro mandato de FHC (Fernando Henrique Cardoso) tem um desafio imenso e uma expectativa grande em relação ao desenvolvimento do país. O plano real que deveria entrar em vigência apenas no ano de 1995 foi antecipado para garantir a eleição de FHC. O desafio agora era tentar manter o dólar estável e o suprimento de produtos constante, evitando a inflação.

O pareamento da nova moeda (real) com o dólar tinha o propósito de atrair produtos estrangeiros e suprir a necessidade da população sem que a escassez elevasse os preços novamente. Era de se esperar alguns efeitos colaterais como uma concorrência forte com alguns produtos brasileiros que culminariam na falência de empresas nacionais e desemprego.

A falta de produtividade não tinha mais espaço na indústria nacional. Os produtos externos traziam consigo tecnologia e preços competitivos e a esperança do governo era que a indústria nacional se desenvolvesse e ganhasse força mundial, o que não se viu em muitos setores.

Após vários anos de elevada inflação e diversos planos de estabilização fracassados, o Plano Real promoveu êxito no combate ao processo inflacionário. Contudo, a lógica do plano passaria

a gerar um crescente déficit na conta de transações correntes (dada a invasão de produtos importados “barateados” no mercado interno pela redução das tarifas de importação e pela sobrevalorização cambial), o qual deveria ser compensado por um superávit na conta de capitais. (BERTOLLI e GALLE, 2004; p. 3)

O que se viu nos primeiros anos de plano real foi uma saída desenfreada de dólar para importação de produtos compensada pela entrada de capital estrangeiro devido às altas taxas de juros mantidas. O plano foi mantido através do endividamento do Estado que elevava constantemente as taxas de juros para negociar títulos da dívida pública e trazer investimento interno equilibrando a balança comercial e mantendo a força da moeda nacional.

A situação brasileira ainda passou por alguns agravantes. FILGUEIRAS (2000) ressalta a crise do México em 1994 e a crise da Ásia em 1997, ambas com papel decisivo na opção por ajuste fiscal, no qual se destacavam:

[...] no âmbito das despesas, a demissão de 33 mil funcionários públicos não estáveis da União, suspensão do reajuste salarial do funcionalismo público, redução em 15% dos gastos em atividades e o corte de 6% no valor dos projetos de investimento - ambos para 1998. Do lado das receitas, sobressaíram-se o aumento das alíquotas do Imposto de Renda de Pessoa Física em 10% e a redução das deduções, a elevação das alíquotas incidentes sobre automóveis e a elevação dos preços dos derivados de petróleo e do álcool (FILGUEIRAS, 2000, p. 137).

Não satisfeito o Brasil ainda se abalou novamente com a crise da Rússia em 1998 e inevitavelmente a taxa de juros seguiu em alta para evitar o retorno da desconfiança e o fluxo contrário do capital externo.

A política exigia que a estabilidade se mantivesse até as eleições de 1998, quando FHC teria a possibilidade de se reeleger depois da aprovação conturbada do projeto de reeleição no congresso. Eis que já nos primeiros dias de 1999 “o Governo optou pela desvalorização do câmbio. A balança comercial, mesmo assim, fechou esse ano com um saldo negativo de 1,2 bilhões de dólares e o saldo do balanço de pagamentos ainda negativo em 7,8 bilhões de dólares.” (BERTOLLI e GALLE, 2004; p. 6)

Em partes é possível identificar o forte efeito das crises externas na alta das taxas de juros dificultando o desenvolvimento das indústrias nacionais. Como agravante o governo não realizou reforma alguma (estrutural, tributária ou jurídica) na tentativa de estimular a produção interna, achando que a indústria nacional se desenvolveria por si só frente à concorrência externa. O resultado foi falência e desemprego. O Plano Real funcionou, porém, para tal, foi exigido um endividamento altíssimo (principalmente após as crises internacionais), gerou dependência do FMI (Fundo Monetário Internacional) e afetou a indústria nacional com posterior desemprego.

Uma opção para reduzir o endividamento foram as privatizações. Segundo PINHEIRO (1999) foram cerca de 80 empresas privatizadas entre 1995 e 1998 que somaram US\$60,1 bilhões de dólares de caixa e transferências de US\$13,3 bilhões de dívida.

O cenário não se equilibrou com as privatizações, ou seja, foram necessárias novas atitudes reunidas no PEF (Programa de Estabilidade Fiscal) precursor da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). As principais medidas citadas por FILGUEIRAS (2000) foram: estabilizar o crescimento da dívida pública líquida em 44% do PIB a partir de 1999; estabelecer metas de superávit primário para o setor público; elevar a CPMF de 0,2% para 0,3%, com nova elevação de 0,08% para 1999; aumentar a Cofins de 2% para 3% e; elevar os percentuais de contribuição para o plano de aposentadoria dos servidores ativos do setor público e criar contribuição para os inativos.

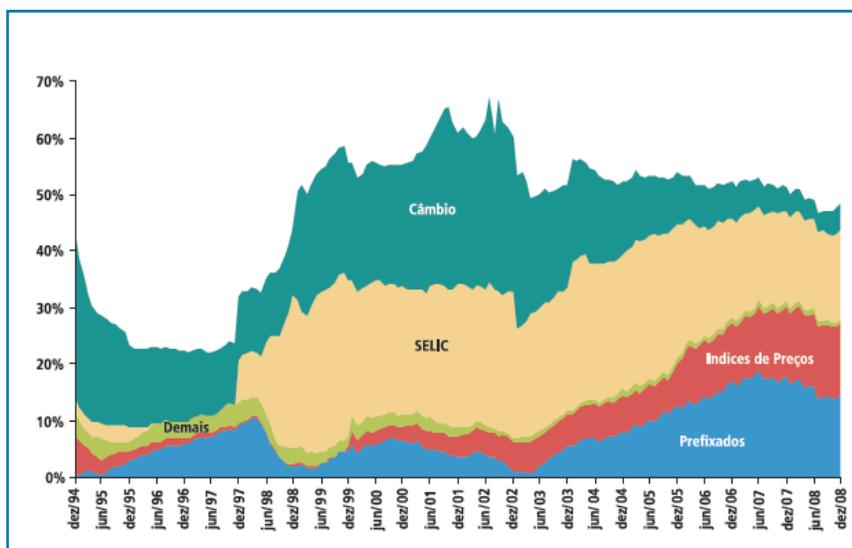
2.3 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Em 2003 assume a presidência do Brasil o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva. O foco de neoliberalismo sai de cena e o combate à fome passa a ser a meta de Lula (frente à população). O país encontra-se com uma taxa de desemprego elevada, uma desigualdade social muito criticada e forte dependência externa, principalmente do FMI. O déficit da previdência (herança da constituição de

1988), a necessidade de reforma tributária (revisão após abertura de mercado) e a obrigação de tirar o país da dependência externa eram desafios a serem superados.

O gráfico do Tesouro Nacional mostra a situação em que a dívida chegou em relação ao PIB ao final do governo FHC. Vale ressaltar que, independente de existir outra saída menos danosa para a inflação no pós-ditadura militar, o plano real teve sucesso e as decisões econômicas do governo FHC trouxeram confiança para o mercado de títulos públicos brasileiros, permitindo que durante os mandatos seguintes os títulos brasileiros passassem a ter prazos maiores e taxas menores, melhorando o perfil da dívida.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DÍVIDA PÚBLICA



Fonte: Tesouro Nacional

O final do ano de 2002 foi bem conturbado com muita desconfiança internacional. Passada a euforia o Brasil retomou o caminho de organização financeira. É fato que, para que as coisas não ficassem piores, Lula escreveu uma carta afirmando que honraria com os contratos do país e mostrou falar a verdade nomeando Henrique Meirelles para presidente do Banco Central.

Lula foi eleito por uma população que queria um foco diferente, mas acabou conduzindo seu primeiro mandato sob os mesmos pilares anteriores: controle de inflação via metas, câmbio flutuante e política fiscal de superávit primário (MORAIS e SAAD-FILHO, 2011).

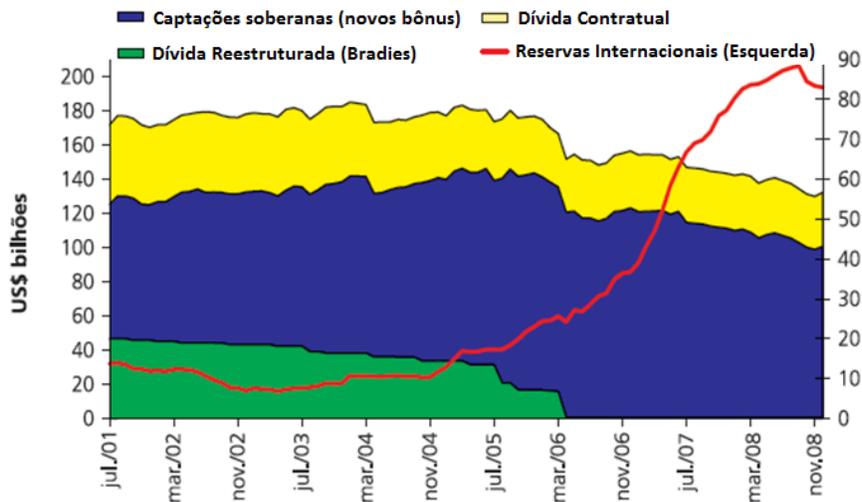
O período compreendido entre 2003 e 2008 foi o mais próspero dos tempos recentes. Não houve qualquer crise que afetasse drasticamente o Brasil e a liquidez internacional era tamanha que os investimentos surgiam com uma facilidade muito superior à década de 1990.

Ao governo Cardoso, que apostou todas as suas fichas no comportamento favorável do mercado externo, coube um período de grande conturbação deste mercado — da crise mexicana à argentina, passando pela nossa. Ao contrário, o governo Lula, que iniciou sob o consenso de restrições externas, foi beneficiado, entre meados de 2003 e a crise de 2008, por uma enorme expansão do comércio e da liquidez internacionais, concentrado o primeiro em commodities primárias e produtos semielaborados, o Brasil conta com inequívocas vantagens comparativas. (ERBER, 2011; p. 7)

Em 2008 sabemos que uma crise econômica assolou o mundo e resultou em um PIB lastimável em 2009. No entanto até o final do ano de 2008 o Brasil conseguiu liquidar a dívida externa (boa parte substituída por dívida interna), reorganizar a dívida interna alongando os prazos e aumentar as reservas internacionais significativamente o que garantiu certa tranquilidade durante a crise.

O gráfico abaixo mostra a evolução nas reservas internacionais e a mudança no perfil da dívida pública.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS E RESERVAS INTERNACIONAIS

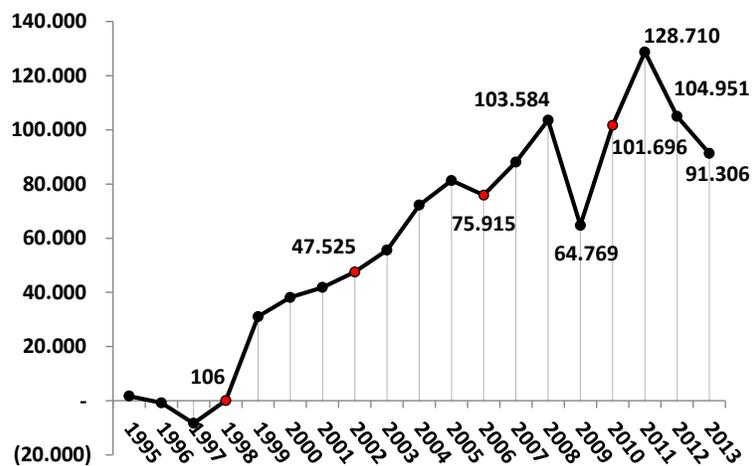


Fonte: Tesouro Nacional

A combinação de redução da dívida externa com o aumento das reservas internacionais faz com que a relação entre eles, que em 2002 era 557%, chegue em 2008 a 96%, conforme dados do Banco Central do Brasil. Em relação às exportações a dívida externa passou de 349% para 101% em um movimentando igualmente inverso de redução de dívida e aumento de exportação.

Os dados do Tesouro Nacional sobre o resultado primário também reforçam o bom período econômico enfrentado pelo Brasil de 2003 a 2008. O superávit primário manteve-se sempre acima de R\$50 bilhões e permitiu a consolidação da economia, mudanças nas fontes de financiamento e investimento social.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO RESULTADO PRIMÁRIO



Fonte: Tesouro Nacional

Em relação à crise de 2008, seu início foi o mercado imobiliário americano e logo se estendeu para o mercado financeiro mundial. Rapidamente o crédito externo que vinha para o Brasil desapareceu e na sequência o mercado consumidor externo atendido por alguns setores da economia brasileira

também teve sua retração. A consequência foi retração destes setores e desemprego e produtividade em queda livre no último trimestre de 2008.

O governo agiu com medidas para estimular a economia interna e manter o consumo (base de todo crescimento do governo Lula). Reduziu-se os depósitos compulsórios aumentando a liquidez, baixou-se a taxa básica de juros, cortou-se impostos para alguns produtos (principalmente veículos e linha branca), aumentou-se o salário do funcionalismo e, através dos bancos públicos, liberou-se mais crédito.

O ano de 2009 fechou em recessão mínima, mas já apontando para a retomada em 2010. O último ano do governo Lula foi intenso com PIB de 7,53% e superávit de R\$102 bilhões. O caminho estava aberto para a segunda fase do desenvolvimentismo no Brasil, mas é importante ligar este forte crescimento de 2010 com o próximo mandato petista.

É sabido que o Brasil não tinha que forçar um crescimento tão alto em 2010, mas a escolha de Lula por Dilma, como sua sucessora (até então desconhecida pelo povo), exigia um ano marcante. O consumo incentivado durante todo o período Lula foi intensificado em 2010 e as políticas adotadas para a crise de 2008 mantidas, o que acelerou a economia, condenada a uma retomada da inflação nos próximos anos.

2.4 DILMA ROUSSEF

Dilma Roussef assume em 2011 já em um cenário econômico bom, mas com forte tendência inflacionária devido às políticas de Lula contra a crise de 2008 e a favor da eleição de Dilma em 2010.

Outro detalhe político tem grande efeito na eleição de Dilma. As duas eleições anteriores vencidas pelo PT demandaram apoio político de outros partidos e a cada nova eleição estes “outros partidos” demandam maior espaço na administração. Eis que a Dilma assume em um terceiro mandato da mesma base aliada, que exige maior participação e se irrita quando não é atendida. O resultado será uma base aliada já não tão unida e ministros despreparados.

O tempo ruim de inflação alta, déficit primário, juros altos e PIB baixo parecia coisa de um passado distante. Rapidamente foram intensificados os programas sociais, concedeu-se crédito a pessoas físicas e jurídicas a taxas subsidiadas, abaixou-se a taxa básica de juros, desonerou alguns setores da economia, reviu as regras de fornecimento de energia e o famoso tripé econômico (controle de câmbio, meta de inflação e superávit), que vinha como base da economia há 16 anos, acabou esquecido pela nova equipe econômica.

Como diz o ditado: O bom momento é mau conselheiro. A nova equipe econômica acreditava que estimular o consumo (assim como era feito nos governo de Lula) resolveria o problema econômico e o Brasil continuaria seu crescimento permitindo distribuição de renda, aumento de salário-mínimo e desenvolvimento social.

Eis que novos governos sempre trazem consigo novos desafios. O momento não era de estímulo ao consumo e sim à oferta. Noções básicas de economia já dizem que se o consumo (demanda) é superior à oferta a tendência é elevação de preços. Depois de tantos anos incentivando o consumo, mais cedo ou mais tarde seria necessário eliminar os gargalos, desenvolver infraestrutura e incentivar a oferta (caso contrário a inflação retornaria).

Houve, de fato, houve algumas medidas na tentativa de incentivar a produção como a desoneração da folha de pagamentos, algumas isenções de impostos, não reajuste no preço dos combustíveis e a revisão dos contratos de fornecimento de energia. O problema é que tanto a questão da energia como a do reajuste da gasolina (não realizado pela Petrobrás) foram medidas para evitar maior inflação e as consequências foram péssimas no médio prazo.

Ainda em relação às políticas de incentivo a produção adotadas, desoneração de folha de pagamento e isenção de impostos também tiveram um efeito indesejado sobre a política fiscal e para

evitar déficit primário em 2014 está em discussão uma alteração na lei orçamentária. Ou seja, tentou dar um subsídio quando não se tinha recurso e por fim praticou uma pressão sobre o congresso para excluir investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o custo com a desoneração da folha de pagamentos do cálculo do resultado primário para evitar um déficit primário.

Conforme MELO (2013), O desafio era evoluir em infraestrutura e oferta e não incentivar o consumo.

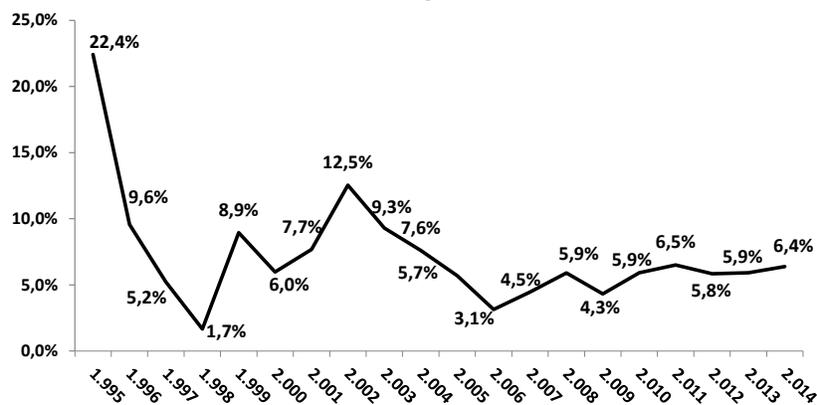
Os mecanismos utilizados por FHC e Lula já não bastavam. Juros, câmbio, superávits, políticas distributivas, incentivos fiscais e crédito são ferramentas importantes, mas insuficientes. É necessário eliminar gargalos: a infraestrutura precária e insuficiente, insegurança jurídica, legislações arcaicas, mentalidades antigas; melhorar a qualificação do trabalhador. Supor manter o consumo sem garantir a produção é um erro crasso.

2.5 EVOLUÇÃO DE INDICADORES

Neste tópico tenta-se sintetizar a melhoria ocorrida nos indicadores econômicos, fiscais, financeiros e sociais ao longo dos últimos anos no Brasil para então fazer um link com os reflexos destes no universo privado e principalmente nas pequenas e médias empresas.

Um dos indicadores mais comentados na história recente do Brasil é a inflação. O IPCA é o índice de inflação adotado pelo governo e, como já mencionado, antes de 1994 os patamares eram absurdamente superiores aos atuais, um cenário muito distante de qualquer expectativa para o Brasil. No primeiro mandato de FHC os níveis ainda eram elevados se comparados com os atuais, mas já permanecia em uma situação administrável. O desafio do governo FHC era de fato mantê-los estáveis para posteriormente forçar a sua redução. De 1995 a 2014 (sendo 2014 realizado até novembro e projetado conforme relatório focus de 12/12/1014) o indicador mostra uma tendência de baixa no longo prazo, o que se inverte para o curto prazo (por exemplo de 2005 a 2014) já que até 2010 ele permaneceu inferior a 6,0%, porém nos quatro anos seguintes ultrapassou duas vezes esta marca e nas outras duas esteve muito próximo.

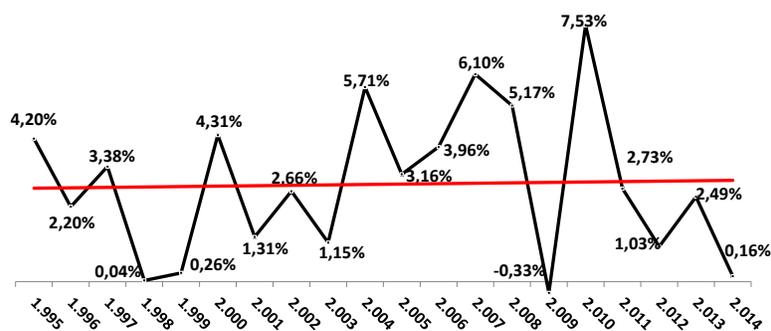
GRÁFICO 5 – EVOLUÇÃO IPCA RECENTE



Fonte: IBGE

Paralelo ao IPCA, o crescimento real do PIB simboliza o fiel crescimento da economia do país. O seu comportamento ao longo dos últimos anos está no gráfico a seguir sendo o ano de 2014 realizado até novembro e projetado o restante do ano conforme relatório focus de 12/12/2014. Notadamente a crise Russa de 1998 teve um bom reflexo na economia brasileira, o que também é notado em 2008 com a crise imobiliária americana. Desconsiderando estes dois picos negativos ainda temos um cenário muito instável com destaque para o bom momento de 2004 a 2008 e o péssimo momento nos últimos quatro anos.

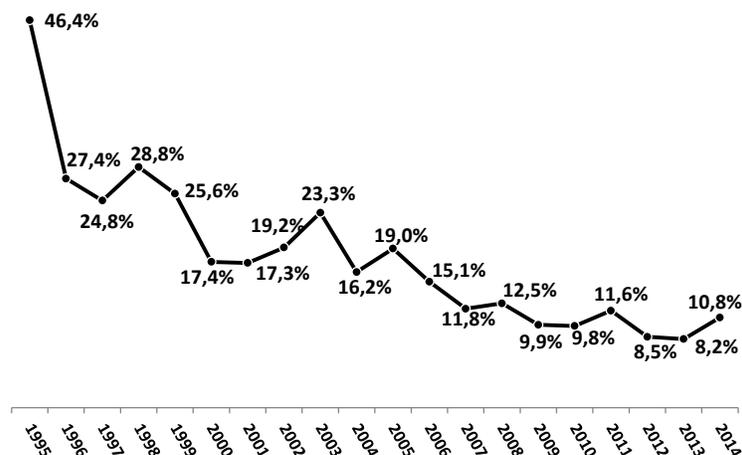
GRÁFICO 6 – CRESCIMENTO PIB BRASIL



Fonte: Tesouro Nacional do Brasil

Indicador muito importante para o desenvolvimento da indústria interna assim como para o controle de inflação, a taxa básica de juros (Selic) teve um comportamento interessante neste mesmo período. Durante muitos anos ela se manteve alta para atrair o investimento e manter a confiança do investidor, mas aos poucos foi dando espaço ao crescimento da indústria interna e facilitando o acesso ao crédito no país. A tendência de baixa no longo prazo é notável e isto se deve à estabilidade econômica e a credibilidade adquirida ao passar dos anos.

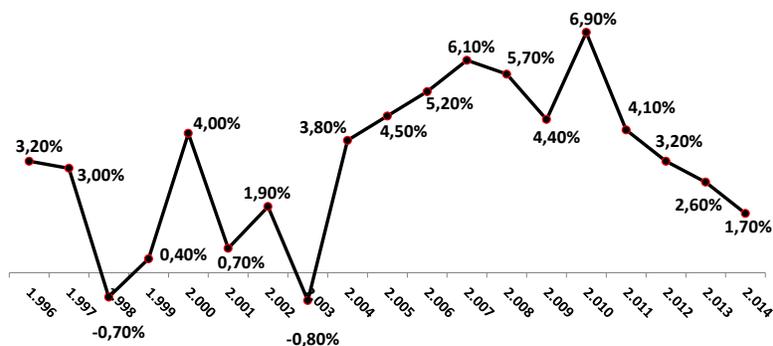
GRÁFICO 7 – EVOLUÇÃO TAXA SELIC



Fonte: Banco Central do Brasil

O gráfico do consumo das famílias também tem forte ligação com a economia e com a política petista de incentivar o consumo. Este mesmo gráfico também mostra a decadência desta política no governo Dilma, algo que foi tardiamente percebido pelas lideranças. O consumo caiu a partir de 2010 e o PIB seguiu a mesma tendência, algo que poderia ser evitado se a política fosse de incentivo à oferta promovendo reformas importantes e desenvolvendo a infraestrutura nacional.

GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO CONSUMO DAS FAMÍLIAS



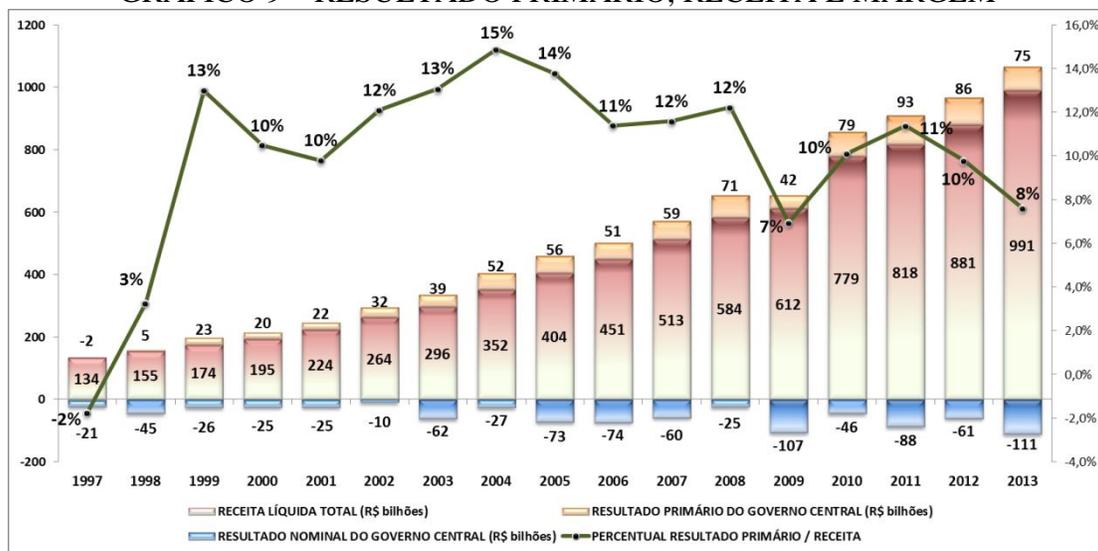
Fonte: IBGE

O resultado primário de um país trata-se do lucro operacional da nação. Este número é que aponta se as metas fiscais foram cumpridas e se a arrecadação foi suficiente para os gastos executados. Os pagamentos de juros não compõem este indicador, mas também são despesas e afetam o caixa nacional apresentando como número final o resultado nominal (resultado primário menos o pagamento de juros).

No gráfico abaixo temos valores absolutos com a evolução das receitas, do resultado primário, do resultado nominal e o percentual do resultado primário sobre a receita, ou seja, quanto representa o lucro operacional em relação à receita total.

Vale notar novamente a queda durante as crises e o comportamento recente com o foco social dado no governo Dilma, abdicando do controle fiscal rigoroso.

GRÁFICO 9 – RESULTADO PRIMÁRIO, RECEITA E MARGEM



Fonte: Tesouro Nacional

3. SITUAÇÃO ECONÔMICA E FISCAL BRASILEIRA

Em praticamente vinte anos o Brasil saiu de inflações astronômicas, déficit primário, baixo crescimento, alta taxa-básica de juros e alto endividamento para a situação oposta (ainda que longe dos patamares de países desenvolvidos). A inflação se mostra controlada, o país teve diversos anos

seguidos de superávit primário, a taxa de juros se mantém em um *range* aceitável e o PIB se mantém positivo apesar de ser bem volátil.

A evolução é visível e louvável (principalmente para quem vivenciou tempos piores durante a ditadura e pós-ditadura), porém não é satisfatória para quem conhece o potencial físico, geográfico e econômico do Brasil, incluindo seu grande mercado consumidor.

Um empecilho para o desenvolvimento que tem forte impacto é a cultura social e política em defesa do trabalhador equiparada a países desenvolvidos. Os benefícios trabalhistas sempre foram colocados à frente no país e sempre vão encarecer e dificultar o desenvolvimento da indústria nacional. São direitos adquiridos que não se vê em países emergentes e que geram um custo e perda de produtividade (impeditivos para um acelerado processo de crescimento econômico).

Outro entrave é o chamado custo-Brasil. Uma economia com leis atrasadas, burocracia extrema, sistema jurídico ineficiente e corrupção difundida, gerando um custo a mais na produção e dificultando a criação de riqueza no país.

O conjunto dos indicadores mostra que a inflação foi superada após o Plano Real de forma gradativa com base na taxa básica de juros e no controle do câmbio. Aos poucos os investidores adquiriram confiança, a taxa-básica de juros foi cedendo, permitindo o desenvolvimento do mercado interno, o incentivo ao consumo (que impulsionou o PIB), a arrecadação do Estado e o resultado primário.

Por outro lado, analisando os últimos anos pode-se extrair uma involução. A tendência de 2006 a 2014 do IPCA é de alta e poderia ser pior já que foram adotadas políticas claras para o controle da inflação durante o governo Dilma que mais cedo ou mais tarde terão reflexo nos preços dos produtos por ser uma contenção artificial e com pouca sustentação (controle do preço do combustível, do dólar e revisão nos contratos de energia).

O PIB decresceu fortemente nos últimos quatro anos e a política de consumo já não rende crescimento econômico como rendeu em tempos de Lula. Consequência ou não, os resultados primários também caíram em relação à receita pública e ao PIB, mostrando que os gastos não estão alinhados às receitas (mesmo com forte aumento de arrecadação).

É como se a linha suporte, que anteriormente estava em inflação alta e crescimento baixo, tivesse sido deslocada para níveis de: (i) inflação controlada (abaixo de 5,0%), (ii) crescimento de PIB acima de 4,0% e (iii) superávit primário expressivo. Eis que há alguns anos não cumprimos estas metas, o que nos remete a um regresso.

E se os últimos anos não foram positivos, o ano de 2015 inicia-se como ano de correção. A taxa-básica de juros já voltou aos 12,0%, vários impostos estão sendo reinseridos (cide sobre a gasolina, por exemplo) ou revistos para cima (IOF e IPI, por exemplo). Alguns subsídios tiveram regras enrijecidas afetando desde a educação à concessão de crédito a pequenas empresas. É, de fato, uma readequação das contas sobre as metas fiscais e inflacionárias para então partir novamente para crescimento econômico.

E se o cenário para o empresariado já estava difícil com certeza se intensificou na projeção futura. O recurso financeiro de terceiros encareceu, o mercado consumidor desaqueceu, os custos de produção subiram e a rentabilidade despencou. Estes são os desafios internos para o empreendedor.

4. CENÁRIO PARA O EMPREENDEDORISMO (COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES)

Qual seria o cenário ideal para o desenvolvimento do empreendedorismo? O que é extremamente relevante para o surgimento de pequenas e médias empresas promissoras?

Conforme apresentado no referencial teórico, há alguns fatores que indiscutivelmente afetam o desenvolvimento do empreendedorismo. Estes fatores podem ser divididos de acordo com o alcance que o empresariado tem, por exemplo, a qualificação do próprio empresário é algo que está ao seu

alcance, porém a infraestrutura logística do país não. Neste trabalho o objetivo é apurar as condições macroeconômicas e governamentais (que não estão ao alcance do empreendedor) e com base em indicadores concluir se há um estímulo para o desenvolvimento do empreendedorismo no país. Os principais fatores estudados são:

- Burocracia jurídica para realização de negócios (da abertura ao crescimento);
- Carga tributária e burocracia fiscal;
- Acesso ao crédito financeiro;
- Situação macroeconômica e mercado consumidor;
- Infraestrutura física (energia, logística, e comunicação);
- Qualificação de trabalhadores e
- Acesso a tecnologias avançadas.

4.1 ABERTURA DE EMPRESA E BUROCRACIA JURÍDICA

O Banco Mundial fornece anualmente um relatório chamado “Doing Business”. Conforme já comentado no referencial teórico, em grosso modo este relatório analisa a facilidade para realização de negócios em diversos países e monta um ranking com base em uma metodologia pré-definida.

Na edição de 2014 o relatório analisou 189 países e o Brasil se posicionou na 116ª colocação. Pode-se assegurar claramente que atrás do Brasil não há qualquer nação desenvolvida e dentre os BRICS, o Brasil pode se gabar de estar somente à frente da Índia (134ª), já que Rússia (92ª), China (96ª) e África do Sul (41ª) seguem em melhores colocações.

Pensando agora em relação a alguns de nossos vizinhos sul-americanos, seguimos distante do Chile (34ª), do Peru (42ª), da Colômbia (43ª) e do Uruguai (88ª) e relativamente próximos de Paraguai (109ª) e Argentina (126ª), o que não é orgulho quando nos consideramos a maior nação do continente.

Com base na metodologia do relatório e no que discutimos sobre o país nos tópicos anteriores não há muito que contestar sobre a posição no ranking, mesmo porque dos tópicos analisados no relatório só não há críticas consistentes sobre proteção de investidores e obtenção de eletricidade (pontos razoavelmente adequados). Os outros pontos que envolvem abertura de empresa, registro de propriedade, obtenção de alvará de construção, comércio entre fronteiras, execução de contratos, pagamento de impostos, obtenção de crédito e solução de insolvências são barreiras a se superar no processo empreendedor.

O mais interessante do estudo do Banco Mundial é que ele menciona a evolução de vários países (em custo ou tempo burocrático) em todas as linhas de pesquisa. O “Doing Business 2015” foi recentemente divulgado e ainda não está traduzido para o português, mas já aponta uma nova queda do Brasil para a 120ª posição e divulga as colocações do país para cada tópico, o que nos permite enfatizar a 138ª posição (entre 189 países) no quesito “registro de propriedade”, 174ª posição em “obtenção de alvará para construção”, 118ª posição para “execução de contratos” e 167ª no quesito “abertura de empresa”. São mais de 11 procedimentos para se abrir uma empresa, o que leva, na média do relatório, 83,6 dias para conclusão.

TABELA 1 – INDICADORES DOS PAÍSES DO BRICS NO RELATÓRIO DOING BUSINESS DO BANCO MUNDIAL

	Brasil	China	Índia	Rússia	África do Sul	Colocação de 1 a 189 (nº de países analisados)
Ranking	120	90	142	62	43	
Abertura de Empresa	167	128	158	34	61	Pior colocação dos BRICS com o maior tempo para abertura de uma empresa (mais que o dobro do segundo)
Pontuação (0-100)	63,37	77,43	68,42	92,17	89,43	
Tempo (dias)	83,60	31,40	28,40	11,20	19,00	
Custo (% da renda per capita)	4,30%	0,90%	12,20%	1,20%	0,30%	
Alvará de Construção	174	179	184	156	32	Muito próximo dos outros devido ao custo baixo, porém na questão de tempo está muito ruim
Pontuação (0-100)	48,31	43,75	30,89	56,70	81,65	
Tempo (dias)	426,10	244,30	185,90	238,40	48,00	
Custo (% do valor do armazém)	0,40%	7,60%	28,20%	1,90%	0,90%	
Obtendo Eletricidade	19	124	137	143	158	É o melhor neste quesito com custo e tempo muito abaixo dos outros
Pontuação (0-100)	89,20	66,35	63,06	60,89	55,74	
Tempo (dias)	53,30	143,20	105,70	179,10	226,00	
Custo (% da renda per capita)	31,60%	459,40%	487,70%	321,00%	729,50%	
Registro de Propriedade	138	37	121	12	97	É o pior colocado com prazo longo e custo razoável
Pontuação (0-100)	56,18	80,67	60,40	91,27	66,02	
Tempo (dias)	31,70	19,50	47,00	19,00	23,00	
Custo (% do valor da propriedade)	2,50%	3,60%	7,00%	0,10%	6,20%	
Proteção de Minoritários	35	132	7	100	17	Terceiro colocado, porém com boa pontuação
Pontuação (0-100)	62,50	45,00	72,50	50,83	67,50	
Comércio entre fronteiras	123	98	126	155	100	Todos possuem uma pontuação baixa e colocações ruins. Neste quesito o Brasil possui bons prazos, porém custo alto no comparativo entre os BRICS
Pontuação (0-100)	66,11	71,68	65,47	53,58	71,05	
Tempo para Exportação	13,40	21,00	17,10	21,10	16,00	
Custo Exportação (container)	2.323,00	823,00	1.332,00	2.401,00	1.830,00	
Tempo para Importação	17,00	24,00	21,10	19,40	21,00	
Custo Importação (container)	2.323,00	800,00	1.462,00	2.595,00	2.080,00	
Execução de Contratos	118	35	186	14	46	Não é o pior colocado, mas a pontuação é muito ruim com prazo e custo alto
Pontuação (0-100)	53,60	68,21	25,81	75,85	66,14	
Tempo (dias)	731,00	452,80	1.420,00	267,00	600,00	
Custo (% do valor reclamado)	16,50%	16,20%	39,60%	14,90%	33,20%	
Solução de Insolvência	55	53	137	65	39	Pontuação razoável com prazo longo e custo razoável
Pontuação (0-100)	54,52	55,32	32,60	49,69	64,51	
Tempo (anos)	4,00	1,70	4,30	2,00	2,00	
Custo (% do valor)	12,00%	22,00%	9,00%	9,00%	18,00%	

Fonte: Banco Mundial

4.2 SISTEMA TRIBUTÁRIO

A questão tributária é um clássico ponto crítico brasileiro. Um parêntese nesta história é o “Simples Nacional”. Em 1996 foi aprovada a lei que instituía o “Simples Federal” visando reduzir e facilitar a questão tributária de empresas de menor porte. Em 2007 entrou em vigor o “Simples Nacional” com uma formulação mais adequada e fatalmente trouxe maior facilidade e redução de alíquotas. Os principais problemas começam em faturamentos superiores ao limite do “Simples Nacional”, que atualmente está estabelecido em R\$3,6 milhões anuais. Deste ponto em diante os tributos são apurados separadamente, as alíquotas assumem patamares muito superiores e as regras mudam constantemente exigindo muito estudo e forte formação técnica.

Estima-se em mais de 80 tributos diferentes no país, sendo estes sobre patrimônio, renda, circulação de produtos, produção, serviços, receita, importação, exportação e etc. São regras diferentes para cada um com exceções diversas e alterações constantes que resultam em desatualização completa das empresas. Um estudo da FISCOsoft estima que 41,4% das empresas estão desatualizadas devido às constantes mudanças, o que comprova a complexidade do sistema tributário brasileiro.

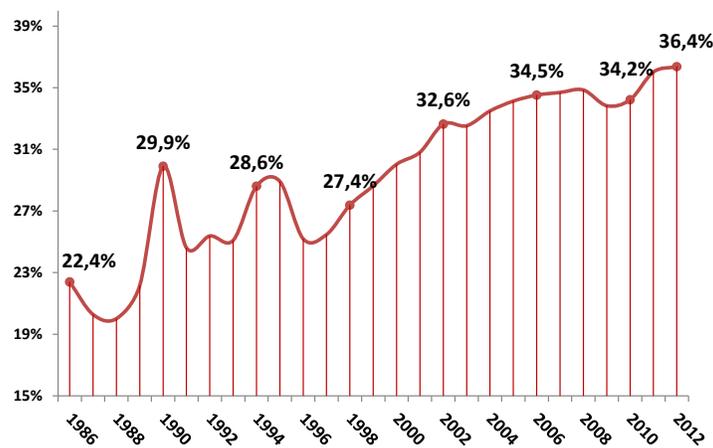
Ainda em relação à burocracia tributária, informações do Banco Mundial do ano de 2013, com dados de aproximadamente 200 países sobre o tempo para preparação e pagamento de impostos, o

Brasil é o líder com mais do que o dobro de tempo do segundo colocado (Bolívia). Em tal base de dados o Brasil aparece com demanda de 2.600 horas, sendo a média mundial 268 horas, a média da América Latina (somente com países em desenvolvimento) 414 horas, a média da União Europeia 193 horas e o segundo pior país dos BRICS (China) com 318 horas.

Sobre a carga tributária, o IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) realizou um estudo em 2013 comparando os países do BRICS. No estudo consta que a carga tributária brasileira em 2012 fora de 36,37% do PIB, a mais alta dos cinco países integrantes do grupo. A Rússia aparece com aproximadamente 23%, a China com 20%, a Índia com 13% e a África do Sul com 18%, ou seja, não é simples impressão que temos em relação ao alto percentual de tributação no Brasil.

Neste mesmo estudo ainda consta a evolução da carga tributária ao longo dos anos, como destacamos no gráfico a seguir. A nítida evolução é em partes explicada pelo desenvolvimento tecnológico no sistema de apuração, cobrança e fiscalização, porém também há relação com a busca em cada novo governo de uma arrecadação maior para que as contas públicas atinjam superávits primários.

GRÁFICO 9 – PERCENTUAL CARGA TRIBUTÁRIA SOBRE O PIB



Fonte: IBPT

4.3 CUSTO DE RECURSOS FINANCEIROS E ACESSO AO CRÉDITO

Mudando o foco da deficiente estrutura jurídica e tributária para acesso ao crédito e custo financeiro, o cenário não se mostra muito superior. Se jurídica e tributariamente não há um cenário positivo no país, as taxas de juros já agravam bem a situação para o empresário.

Em teoria todo o financiamento de uma instituição privada está pautado na taxa-básica de juros (no Brasil taxa Selic), estipulada pelo governo. É com base nesta taxa que os bancos incluem seus *spreads* e chegam à taxa oferecida aos clientes (respeitando também os riscos do contrato e do cliente). Igualmente dependente da taxa-básica de juros, o custo do capital próprio é composto por tal taxa livre de risco mais o prêmio pelo risco do negócio em questão. Ou seja, a taxa-básica de juros determina o custo total do financiamento de qualquer empresa.

A taxa-básica de juros nada mais é que a taxa que o governo propõe como remuneração a seus credores. A princípio ela tem a função de ser atrativa o suficiente para que os investidores enxerguem compensação para assumir o risco de investir no país. Como já discutido, o risco de investimento no Brasil caiu significativamente nos últimos vinte anos, já que as contas públicas atingiram constância positiva, houve crescimento econômico e estabilidade inflacionária.

Era de se esperar que a taxa Selic atingisse níveis bastante inferiores, mas, devido ao efeito que esta taxa de juros causa na liberação de crédito, consumo populacional e inflação e também pela

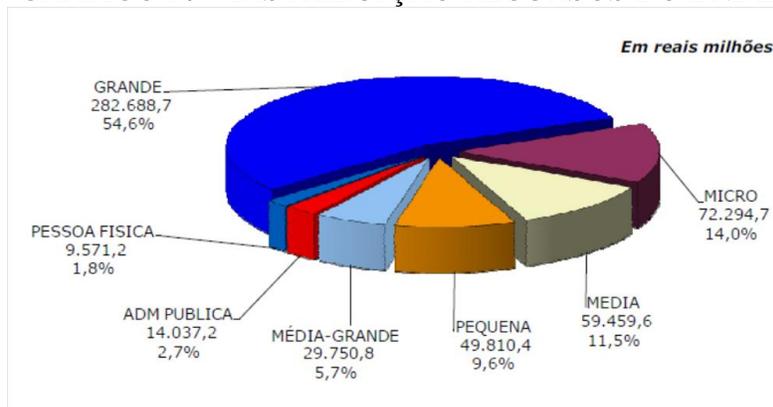
constante necessidade do Estado brasileiro em captar recursos para honrar suas dívidas, há um patamar elevado difícil de superar, o que encarece o crédito ao desenvolvimento privado.

A base de dados do Banco Mundial contempla a taxa real de juros praticada nos países e, observando os dados de 2013 (com 120 países), o Brasil aparece com a sexta maior taxa real (descontada a inflação) a 18,4% a.a. Enquanto os países desenvolvidos apresentam números próximos de 1,0% e 2,0% ao ano (Estados Unidos 1,7%, Japão 1,9% e Reino Unido -1,2%), os países em desenvolvimento situam-se perto de 3,0% e 4,0% ao ano (Índia 3,2%, China 4,2% e África do Sul 2,5%). A colocação do Brasil é praticamente o último patamar mundial junto com Paraguai (18,8%), Honduras (18,1%) e Uganda (17,9%).

Há acesso ao crédito, os recursos existem e a regulamentação não é tão precária. Os dados do “Doing Business 2015” mostram o Brasil, neste quesito, na 89ª colocação (bem acima da colocação final brasileira – 120ª). O BNDES possui linhas de crédito subsidiadas e incentiva a modernização e o investimento do setor privado. O parêntese nesta questão fica sob as taxas subsidiadas que contribuíram com o resultado fiscal brasileiro pífio nos últimos anos, sob os critérios utilizados na distribuição dos recursos disponíveis e sob a corrupção constantemente divulgada na imprensa nacional.

Trimestralmente o BNDES divulga um relatório sobre a distribuição dos recursos disponíveis. O relatório do terceiro trimestre de 2014 contempla informações do período entre 2009 até o trimestre em questão e estes dados mostram a concentração de mais da metade dos recursos em Grandes empresas conforme o gráfico na sequência.

GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO RECURSOS DO BNDES



Fonte: BNDES

Neste período o total emprestado chegou a R\$517,6 bilhões, recurso este originado do governo federal que tem a captação atrelada à taxa-básica de juros. Durante este período a taxa Selic oscilou bastante, tendo sua meta em 7,25% no final de 2012, mas na maioria do tempo esteve acima de 10,0%, encerrando setembro de 2014 a 11,0%. Com base nesta taxa de captação faz-se interessante uma análise sobre o custo dos empréstimos feitos pelo BNDES, principalmente às grandes empresas (já estabilizadas e com capacidade de pagamento nos patamares do mercado).

TABELA 2 – CUSTO DOS RECURSOS DO BNDES POR PORTE DE EMPRESA

<i>Em reais milhões</i>		
Porte do Cliente Final	Valor da Liberação	Custo Total
GRANDE	282.688,73	6,92%
MICRO	72.294,71	5,44%
MEDIA	59.459,56	6,42%
PEQUENA	49.810,40	5,86%
MÉDIA-GRANDE	29.750,77	6,32%
ADM PUBLICA	14.037,22	6,21%
PESSOA FISICA	9.571,16	4,91%
Total	517.612,56	6,46%

Fonte: BNDES

Pode-se dizer que o crédito existe de forma cara no mercado como um todo (a taxas absurdas em relação ao restante do mundo) e de forma subsidiada via BNDES, mas a distribuição do BNDES ainda foca em empresas de grande porte e gera um prejuízo aos cofres públicos, que conseqüentemente tomará atitudes de aumento de impostos e corte de benefícios sociais para suprir os déficits.

4.4 ATIVIDADE ECONÔMICA

A situação econômica e inflacionária brasileira foi bem debatida ao longo do trabalho. O crescimento do PIB e o comportamento do IPCA ao longo dos anos foram ressaltados dando ênfase para a evolução de longo prazo e gerando indagações e críticas sobre o comportamento no curto prazo.

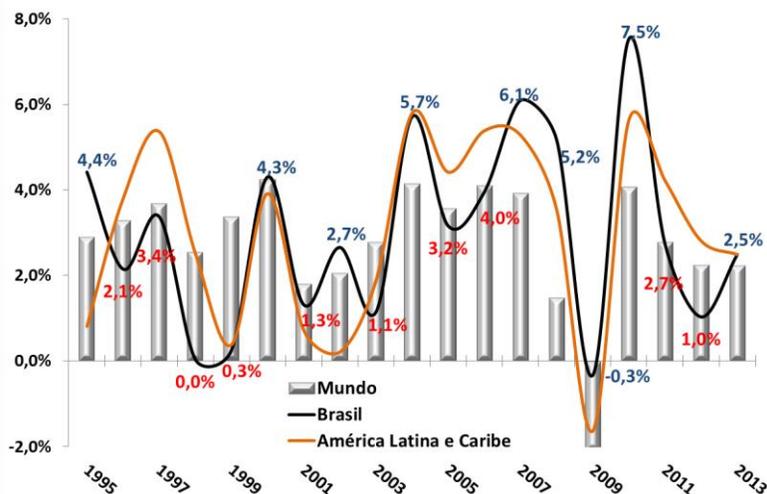
É claro que um cenário interessante para o início de um negócio está muito ligado à economia nacional, mesmo porque esta já contempla efeitos de diversos outros indicadores (desde emprego e disponibilidade de recursos financeiros a mercado consumidor ativo e investimento estrutural). O PIB mostra a atividade econômica dentro de um país, mas não sucesso no desenvolvimento do empreendedorismo.

É interessante lembrar que muitas oportunidades surgem quando o país não está em crescimento pleno. É neste momento que alguns produtos ou serviços ficam escassos ou então surgem alternativas de novos produtos possibilitando o desenvolvimento de negócios. Vale ressaltar também que em momentos de crise o empreendedorismo é uma alternativa para desempregados e, mesmo que a chance seja menor, há negócios que evoluem e encontram sua parcela do mercado.

Independente da ligação direta existente entre PIB e empreendedorismo, a economia nacional aquecida auxilia bem no desenvolvimento de negócios planejados e é por isso que debatemos constantemente a evolução deste indicador.

Com base nos dados do Banco Mundial pode-se observar no gráfico a seguir a evolução do PIB brasileiro em relação ao PIB mundial com destaque em vermelho nos anos em que o país ficou abaixo do Mundo (10 vezes) e azul nos anos em que esteve acima (9 vezes). O PIB da América Latina junto com Caribe (conforme é tratado nos dados do Banco Mundial) também está no gráfico e tem comportamento muito próximo ao brasileiro, talvez pela influência do Brasil neste grupo.

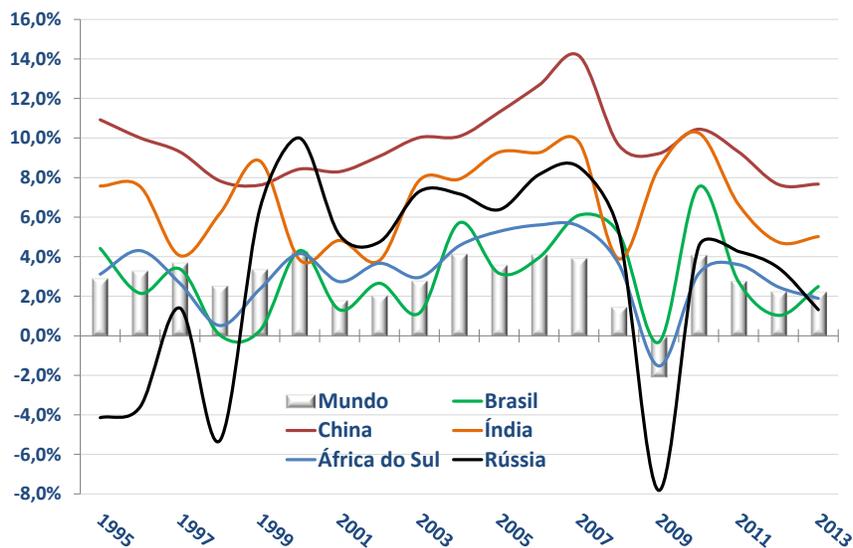
GRÁFICO 11 – PIB DO BRASIL, PIB MUNDO E PIB AMÉRICA LATINA



Fonte: Banco Mundial

Se compararmos o Brasil com os BRICS notamos que China e Índia são mais estáveis e mantêm-se em um patamar acima, enquanto o Brasil e a África do Sul sofrem grandes abalos conforme o comportamento mundial e apresentam grande volatilidade, nada comparado com a volatilidade da Rússia, que entre duas crises (1998 e 2008) teve um desempenho muito bom.

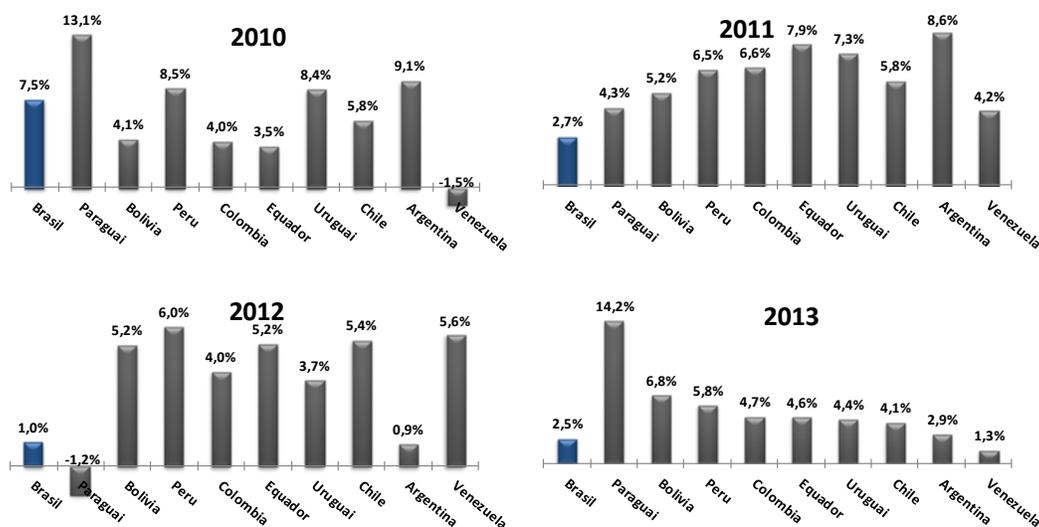
GRÁFICO 12 – PIB DOS PAÍSES DO BRICS



Fonte: Banco Mundial

Já em comparação com os vizinhos sul-americanos, desde 2010 o Brasil não figura entre os maiores crescimentos. Os gráficos a seguir mostram os números de 2010 a 2013 e enquanto o Brasil poderia estar aproveitando a aquecida economia na região sul-americana, mesmo porque é o maior país da região, na verdade está mantendo um desempenho fraco já repetido também no ano de 2014 com PIB muito próximo de zero.

FIGURA 2 – PIB AMÉRICA DO SUL 2010 A 2013



Fonte: Banco Mundial

De 2011 a 2014 o crescimento econômico brasileiro esteve muito longe das expectativas. Em 2015 já se planeja um PIB negativo e, somado a estes resultados ruins e oscilação constante, temos uma inflação descontrolada que mantêm a taxa-básica de juros elevada e reduz o poder econômico da população.

Em resumo o PIB brasileiro se mostrou forte durante o período de incentivo exacerbado do consumo, mas o reflexo foi inflação e descontrole econômico devido à falta de investimento estrutural e estímulo à demanda.

O maior complicador para o empresário nesta questão é a oscilação constante. Se houvesse estabilidade em um nível próximo ao mundial haveria maior sucesso no que tange o planejamento e a execução. A oscilação faz com que o planejamento seja executado em um cenário de mercado aquecido e a operação aconteça em um mercado em recessão.

4.5 INFRAESTRUTURA

Quando falamos em infraestrutura podemos segregar em duas vertentes sendo uma social e outra econômica. A social diz respeito a saneamento básico, educação, habitação, saúde e etc. enquanto que a vertente econômica está ligada a logística, energia, telecomunicação e outras áreas do desenvolvimento econômico da nação.

Refletindo sobre o Brasil isoladamente já temos a imagem de déficit tanto na vertente social como na vertente econômica. Rapidamente nos remetemos à educação de baixa qualidade no setor público, hospitais em condições precárias e pessoas morando nas ruas das grandes cidades. As pessoas inseridas no mundo industrial facilmente recordam do “apagão” no segundo mandato de FHC (assunto em alta neste início de 2015), da dificuldade logística (desde rodoviária à ferroviária e hidroviária) e da má qualidade da internet e do serviço telefônico.

Querer defender uma tese de infraestrutura adequada no Brasil é lutar contra o óbvio, mas algumas iniciativas já podem ser citadas no sentido de melhorias futuras. Recentemente o governo federal tem incluído a iniciativa privada em alguns setores como o de aeroportos e as concessões efetuadas até o momento se mostraram positivas (ainda que seja algo muito pequeno). As concessões de rodovias já acontecem há um tempo maior e garantiram ao estado de São Paulo ótimos caminhos por terra.

O Fórum Econômico Mundial tem um modelo de avaliação da qualidade de infraestrutura dos países e na última divulgação (*The Global Competitiveness Report 2014-2015*) reuniu dados de 144 países. A colocação geral brasileira foi 120ª com pontuação de 3,1 em uma escala de 1,0 a 7,0. Quanto mais próximo de 1,0 significa que o acesso à infraestrutura (energia, transporte e telecomunicação) é mais subdesenvolvido e o oposto é representado pela pontuação próxima de 7,0.

Para situar melhor a colocação brasileira, a primeira colocada é a Suíça (com 6,6 pontos), o primeiro sul-americano é o Chile na 50ª colocação (4,7), o primeiro dos BRICS aparece na 59ª colocação e é a África do Sul (4,5) e os outros integrantes do BRICS ficaram em 64º (China), 74º (Rússia) e 90º (Índia).

Destrinchando o indicador em suas linhas de apuração temos as seguintes colocações para o Brasil:

- Qualidade de rodovias – 122ª com 2,8 pontos (dentre 144 países);
- Qualidade de ferrovias – 95ª com 1,7 pontos (dentre 104 países);
- Qualidade de portos – 122ª com 2,7 pontos (dentre 144 países);
- Qualidade de transporte aéreo – 113ª com 3,4 (dentre 144 países);
- Disponibilidade de assentos em linhas aéreas em quilômetros por semana – 9ª com 3,83 bilhões de quilômetros (dentre 144 países);
- Qualidade no fornecimento de energia – 89ª com 4,1 pontos (dentre 144 países);
- Número de assinaturas de celular – 37ª com 135,3 para cada 100 pessoas (dentre 144 países);
- Número de telefones fixos – 51ª com 22,3 para cada 100 pessoas (dentre 144 países).

A conclusão mais óbvia dos dados anteriores é que o déficit logístico é imenso. O país possui um litoral gigantesco, uma imensidão de rios, terreno pouco acidentado e ainda assim prioriza o transporte rodoviário, que, mesmo sendo prioridade, ainda não possui uma qualidade razoável. A melhor pontuação cabe ao transporte aéreo que não tem qualquer vínculo com a matriz produtiva brasileira ainda focada em agricultura e transporte de grandes volumes.

O transporte ferroviário não tem nada de diferente em relação aos outros. A qualidade também é ruim apesar de ser o 8º país no mundo em quilômetros de rotas disponíveis (segundo dados do Banco Mundial). A tabela abaixo mostra os 12 primeiros no ranking de quantidade, estando à frente os maiores países do mundo com grande distância para os demais (exceção feita ao Brasil que é imenso, mas ainda assim está distante).

TABELA 3 – QUILOMETRAGEM DE ROTA DE TREM

km de Rota de Trem (milhares) - 2012			
1 United States	228,22	7 France	30,01
2 Russian Federation	84,25	8 Brazil	29,82
3 China	66,30	9 Mexico	26,70
4 India	64,46	10 Argentina	25,02
5 Canada	52,00	11 Ukraine	21,64
6 Germany	33,51	12 South Africa	20,50

Fonte: Banco Mundial

A situação das rodovias é um pouco melhor em relação à quantidade já que o Brasil figura em quarto lugar, porém bem distante dos outros três. O ranking abaixo, divulgado na revista EXAME, mostra os países com maior extensão de malha rodoviária, mas uma informação do Banco Mundial já reduz toda e qualquer excitação por parte do Brasil, pois diz que apenas 13,5% desta malha está pavimentada (dado de 2011).

TABELA 4 – QUILOMETRAGEM DE RODOVIAS

km de Rodovias (milhares) - 2013			
1 Estados Unidos	6.506,20	11 Alemanha	645,00
2 Índia	4.689,84	12 Suécia	572,90
3 China	4.106,39	13 Indonésia	496,61
4 Brasil	1.580,96	14 Itália	487,70
5 Rússia	1.283,39	15 Polónia	412,04
6 Japão	1.210,25	16 Reino Unido	394,43
7 Canadá	1.042,30	17 México	377,66
8 França	1.028,45	18 África do Sul	364,13
9 Austrália	823,22	19 Turquia	352,05
10 Espanha	683,18	20 Paquistão	262,26

Fonte: Revista Exame

O Banco Mundial também possui um modelo de medição da qualidade logística dos países. O foco deste indicador é a eficiência no processo alfandegário, a qualidade da infraestrutura de transporte, a facilidade para contratar fretes a preços competitivos e a frequência de entregas dentro dos prazos.

Os dados deste indicador são de 2014 e reuniram informações de 159 países em uma escala de 1,0 a 5,0. Alemanha (4,12) e Holanda (4,05) lideram no indicador, estando o Brasil na 65ª colocação com 2,94 pontos, atrás de seus parceiros do BRICS; China (28ª), África do Sul (34ª) e Índia (54ª), porém à frente da Rússia (90ª).

Já em relação à energia, o Banco Mundial possui um indicador que mede o consumo de energia elétrica do país dividido por pessoa. Os dados são de 2011 e há informações de 135 países, estando o Brasil na 70ª colocação com 2.437,96 KWh por pessoa. A China que possui uma população muito maior apresenta neste indicador 3.297,97 KWh por pessoa, próximo da média mundial que é 3.045,01 KWh por pessoa. A realidade é que o Brasil possui um fácil acesso a energia (sem burocracia) a um custo razoável, porém a produção não é tamanha a ponto de estarmos livres de crises esporádicas (principalmente devido a variações climáticas). O real problema neste caso é a dificuldade em expandir as capacidades conforme o crescimento do país, o que mostra o baixo indicador apurado pelo Banco Mundial.

A situação não é das melhores, porém não significa que se manterá sempre assim. O Brasil é o segundo país que mais investe em energia com participação privada, o primeiro em investimentos em telecomunicação e transportes com participação privada segundo informações do Banco Mundial.

TABELA 5 – INVESTIMENTO EM ENERGIA, TELECOM E LOGÍSTICA

2013					
Investment in energy with private participation (current US\$)		Investment in telecoms with private participation (current US\$)		Investment in transport with private participation (current US\$)	
Turkey	14.486.100.000	Brazil	10.209.900.000	Brazil	11.178.100.000
Brazil	9.472.300.000	Russian Federation	7.969.600.000	China	4.475.760.000
Chile	5.999.700.000	India	7.358.300.000	Nigeria	4.400.000.000
South Africa	3.132.000.000	Mexico	3.483.100.000	Mexico	4.040.500.000
India	3.016.600.000	Argentina	2.342.900.000	India	3.009.000.000
China	2.474.220.000	Colombia	1.993.600.000	Honduras	1.149.300.000

Fonte: Banco Mundial

4.6 MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA

É constante e enfática a reclamação do empresariado brasileiro em relação ao nível de mão-de-obra no Brasil. Os ataques são direcionados a todos os setores e em todos os níveis hierárquicos, principalmente após o crescimento econômico dos governos Lula e a queda do desemprego nos últimos anos (acomodando a população).

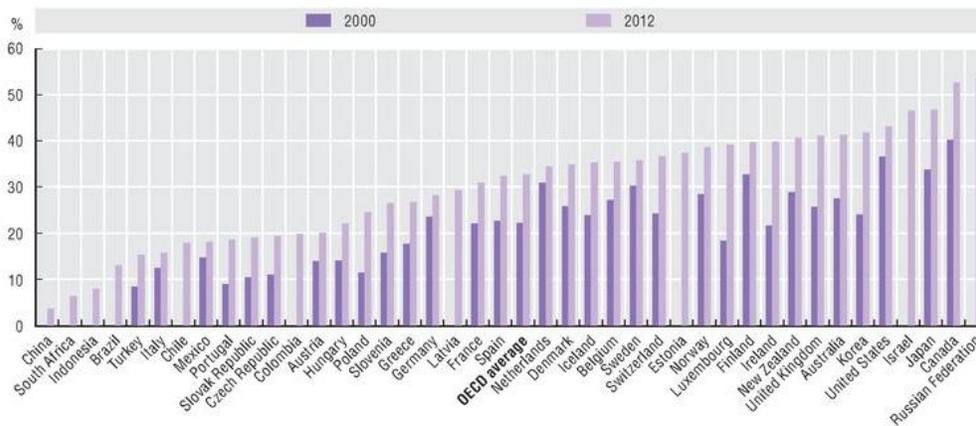
Pensando em qualidade de mão-de-obra de forma generalizada, há um indicador bem aceito no mercado, que é o PIB por população empregada. A média mundial cresceu de US\$17,4 mil em 2009 para US\$18,9 mil em 2012 e o Brasil ficou abaixo com aproximadamente US\$13,0 mil em 2009 e US\$13,6 mil em 2012. Isso significa a 77ª colocação em um total de 122 países que incluem o banco de dados do Banco Mundial neste quesito para o ano de 2012.

Ainda em relação ao PIB por população empregada vale ressaltar que a União Europeia apresentou aproximadamente US\$42,0 mil e a América Latina e Caribe US\$18,2 mil, neste mesmo ano de 2012. Já em relação aos BRICS não há tanto que lamentar, pois a diferença não é tão brutal como na comparação com países desenvolvidos. A Rússia tinha o melhor número em 2012 com US\$19,7 mil, seguido por China (US\$15,2 mil), África do Sul (US\$14,7 mil), Brasil (US\$13,3 mil) e Índia (US\$9,2 mil).

Outro dado importante sobre qualidade de mão-de-obra é o percentual da população que atinge a condição de nível superior completo. Há um dado comparativo da OCDE que aponta o Brasil com aproximadamente 13% da população entre 25 e 64 anos com nível superior completo, o que é um dos piores números entre o grupo de membros e parceiros da OCDE (conforme gráfico a seguir).

GRÁFICO 13 –PERCENTUAL DE 25 A 64 ANOS COM NÍVEL SUPERIOR

This figure shows the percentage of 25-64 year-olds who have been through tertiary education.



Fonte: OCDE – Education at a Glance 2014

Obviamente o Brasil não tem como figurar entre os países de maior índice da população a nível superior completo e de certa forma está próximo de outros países em desenvolvimento (como África do Sul e Turquia), mas isso não altera a importância deste baixo indicador na qualidade do trabalhador brasileiro.

No mesmo estudo há outro comparativo interessante que mostra a situação de mercado de jovens entre 15 e 19 anos que não estão estudando (entre desempregado, inativo ou empregado). A taxa brasileira para o ano de 2012 é de mais de 30% de jovens desta faixa não envolvidos com estudo, sendo que mais da metade está trabalhando, ou seja, um grande percentual de jovens está empregado sem ter adquirido uma qualificação de nível superior ou até mesmo nível médio.

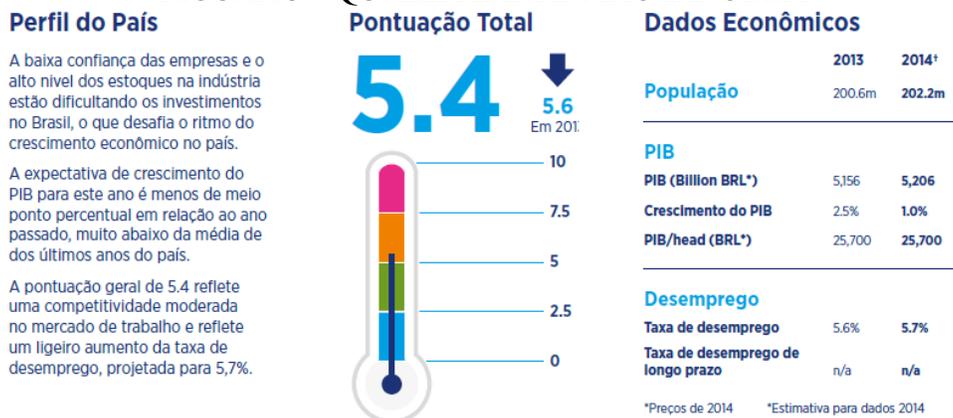
No que diz respeito ao gasto com educação a situação é um pouco diferente. Em 2011 era 19% do total de gasto público voltado para a área de educação (número crescente ao longo dos anos), quesito este que posiciona o Brasil em 4º dos 34 países no estudo da OCDE. Em relação ao PIB o gasto com educação foi 6%, no mesmo ano, exatamente a média dos países envolvidos no estudo, o que rendeu a 21ª colocação (entre 37 países). A pergunta neste momento é se o recurso está de fato chegando às escolas e universidades ou se há algum tipo de desvio no meio do caminho para justificar a baixa qualidade.

O que notamos com as informações anteriores é que a produtividade no Brasil é baixa (constatada pelo PIB por trabalhador) e o nível de escolaridade tal qual o percentual da população com ensino superior completo são muito pequenos, o que reflete drasticamente na qualidade da mão-de-obra ativa. Outro dado que comprova este nível de qualificação é a pesquisa efetuada pela consultoria Robert Half, que aponta, dentre 13 países, o Brasil como o campeão em rotatividade. Na pesquisa foram incluídos países como Chile, Alemanha, Itália, Reino Unido, Holanda, Austrália e outros mais apurando uma média geral de rotatividade de 38% (de 2010 a 2013), sendo o número brasileiro 82%.

Outra consultoria global, Hays, criou um indicador na tentativa de avaliar o mercado de trabalho qualificado de alguns países. São analisadas informações em sete categorias resultando em notas de 0 a 10, sendo a menor nota reflexo de melhor competência.

O Brasil ficou classificado em um nível intermediário em 2014, algo que já vinha acontecendo anteriormente. Na avaliação o Brasil mostrou melhores indicadores quando havia relação com salários e piores indicadores quando o quesito levava em conta a educação e a flexibilidade da legislação trabalhista.

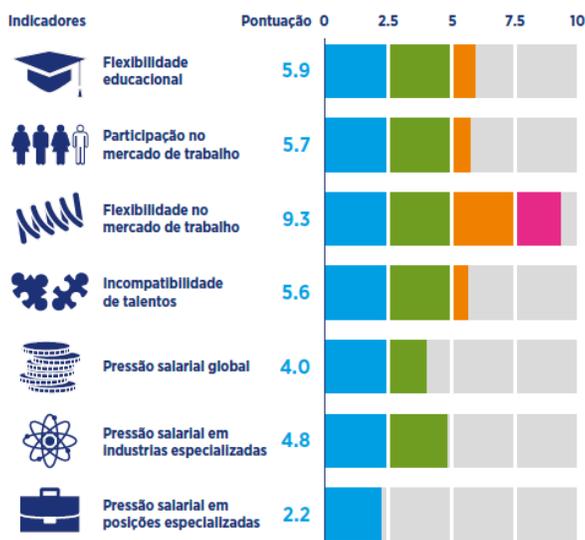
FIGURA 3 – QUALIDADE DE MÃO-DE-OBRA



Fonte: Consultoria Hays

FIGURA 4 – ABERTURA QUALIDADE DE MÃO-DE-OBRA BRASILEIRA

Composição de nota através dos sete indicadores



Conclusão

Dado o elevado ritmo atual do Brasil de inflação (6,5%), é surpreendente que haja poucos indícios de aumento da pressão salarial, exceto em algumas indústrias especializadas.

Pressão Descrescente

- Aumento salarial em ocupações de alto nível
- Aumento salarial global
- Participação no mercado de trabalho

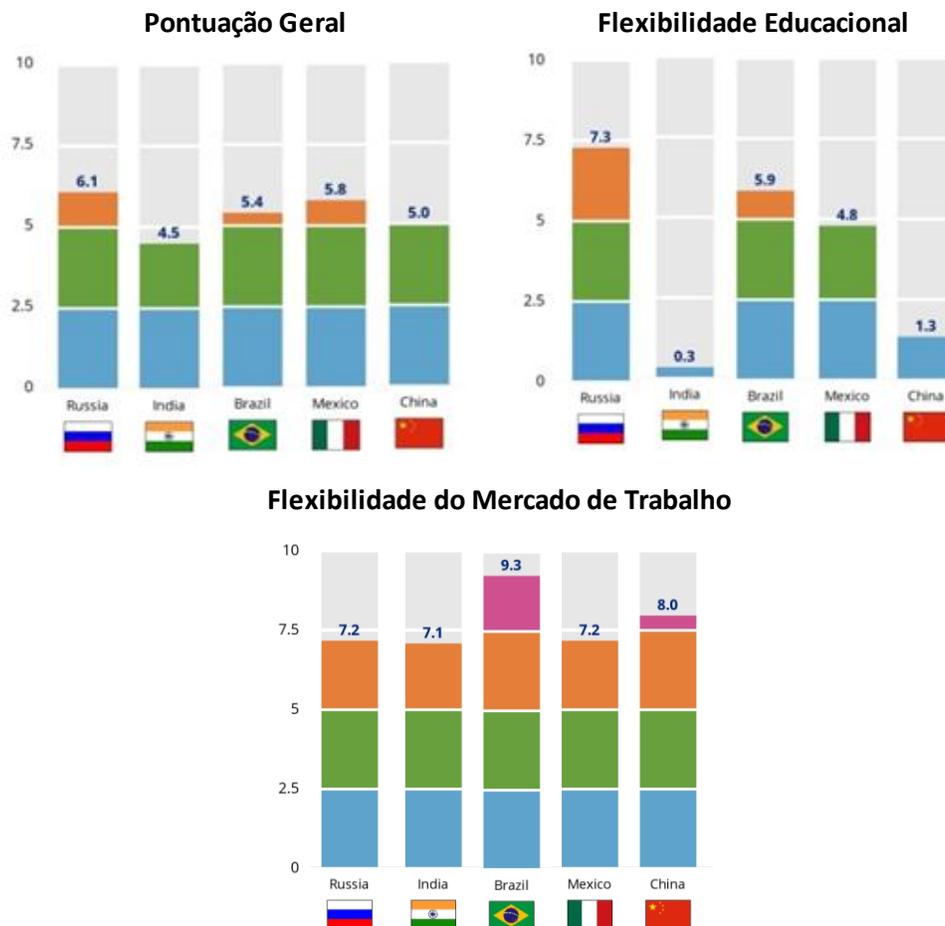
Pressão Ascendente

- Regulamentação trabalhista
- Aumento salarial em indústrias altamente qualificadas
- Incompatibilidade de talentos

Fonte: Consultoria Hays

Em comparação com outros países em desenvolvimento (Rússia, Índia, China e México) pode-se notar uma ligeira igualdade na média final, porém entre os tópicos há grande diferença. Através das disponibilidades do site da consultoria Hays, foi montado um comparativo entre Brasil, México, Rússia, China e Índia (países em desenvolvimento). Índia e China apresentam-se em melhor condição com média final abaixo de 5,0, destaque para o indicador de flexibilidade educacional (muito bom nos dois países) e pressão salarial global (muito ruim nos dois países). A flexibilidade no mercado de trabalho é o que afeta todos os países em desenvolvimento analisados.

FIGURA 5 – PONTUAÇÃO PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO NA AVALIAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DA CONSULTORIA HAYS



Fonte: Consultoria Hays

Ainda que o Brasil não se mostre tão atrás dos outros países em desenvolvimento como verificamos em outros tópicos, a mão-de-obra não pode ser julgada como adequada para o desenvolvimento da indústria nacional. Para pequenas e médias empresas a condição passa a ser infinitamente pior, pois as grandes indústrias, tanto pela capacidade de pagamento como pelo *status*, atrai a mão-de-obra qualificada existente, o que elimina significativamente a capacidade da pequena empresa em se desenvolver e inovar.

4.7 ACESSO A TECNOLOGIA

Na introdução deste estudo foi discutido o empreendedorismo em várias visões diferentes, porém a grande maioria ligando este ao conceito de inovação. A inovação não necessariamente significa nova tecnologia, contudo qualquer nova tecnologia será vista como uma inovação. No caso da inovação sem a criação de uma nova tecnologia é importante considerarmos que algum tipo de tecnologia (ainda que seja antiga) teve aplicação e viabilizou o processo inovador.

O que parece unânime em relação à tecnologia é que ela conduz o processo inovador mundial e permite o desenvolvimento das nações, tanto em setores públicos como em setores privados. Ou seja, o maior investimento em novas tecnologias (incluindo pesquisas e desenvolvimento no âmbito nacional) e em importação de tecnologias de outros países permitirá o desenvolvimento da nação e o crescimento do empreendedorismo.

O Brasil é famoso por alguns atrasos em sua história. É um país novo que aplicou a democracia tardiamente, o que também aconteceu em relação à abolição da escravidão, por exemplo. A indústria nacional, na maioria dos setores econômicos, sempre esteve atrás das estrangeiras e pouco foram incentivadas pelo estado. Getúlio Vargas foi um dos governantes que apostou fortemente na tecnologia nacional, o que resultou em sucesso no setor de óleo e gás com a Petrobrás.

Na história recente (pós-ditadura) o que se viu foi uma abertura de mercado para as companhias internacionais e um encolhimento das indústrias nacionais, mesmo porque estas não estavam estruturadas para tal competitividade e a aposta era para que se desenvolvessem por conta própria, ou seja, sem infraestrutura, sem incentivo e sem condições financeiras (isto tudo em um ambiente bem conturbado economicamente).

A situação atual é de pequenos cases de sucesso como o da Petrobrás e da Vale, pouco incentivo à pesquisa e muita importação de tecnologia. Por exemplo, conforme dados do Banco Mundial de 2011, a China produziu neste ano praticamente 90,0 mil artigos científicos, a Índia 22,5 mil, a Rússia 14,1 mil e o Brasil 13,2 mil. Outro dado desta mesma fonte, porém do ano anterior (2010) aponta o número de pesquisadores por milhão de habitantes e enquanto a Finlândia tinha 7,7 mil, o Japão tinha 5,1 mil, os Estados Unidos 3,8 mil, a Rússia 3,1 mil, a China 0,9 mil e o Brasil 0,7 mil.

Outro dado importante sobre tecnologia (o que também envolve educação) é o número de registros de patente. O Banco Mundial também possui dados divulgados neste sentido segregando entre os pedidos de patentes de residentes e não-residentes no país. Segundo o INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual), de 2007 a 2011, praticamente 30% das patentes registradas no Brasil estão ligadas a residentes nos Estados Unidos, estando os residentes no Brasil com 18%, os residentes na Alemanha com 10%, os residentes no Japão com 7% e os residentes em outros países 35%.

TABELA 6 – PEDIDOS DE PATENTE

PEDIDOS DE PATENTES - 2012			
	Residentes	Não-Residentes	Total
1 China	535.313	117.464	652.777
2 United States	268.782	274.033	542.815
3 Japan	287.013	55.783	342.796
4 Korea, Rep.	148.136	40.779	188.915
5 Germany	46.620	14.720	61.340
6 Russian Federation	28.701	15.510	44.211
7 India	9.553	34.402	43.955
8 Canada	4.709	30.533	35.242
9 Brazil	4.804	25.312	30.116
10 Australia	2.627	23.731	26.358
11 United Kingdom	15.370	7.865	23.235
12 France	14.540	2.092	16.632
13 Mexico	1.294	14.020	15.314
14 Hong Kong SAR, China	171	12.817	12.988
15 Singapore	1.081	8.604	9.685
16 Italy	8.439	871	9.310
17 Korea, Dem. Rep.	8.354	27	8.381
18 South Africa	608	6.836	7.444
19 New Zealand	1.425	5.674	7.099
20 Malaysia	1.114	5.826	6.940

Fonte: Banco Mundial

Em relação à exportação de alta tecnologia, medida pelo Banco Mundial através da exportação de produtos aeroespaciais, computadores, farmacêuticos, instrumentos científicos e maquinário elétrico, o Brasil representa 1,7% do montante chinês, 5,9% do montante estadunidense e 20% do montante mexicano. Com US\$ 8,8 bilhões o Brasil se posiciona como 28º maior exportador de alta

tecnologia no ano de 2012, sendo o primeiro sul-americano e o terceiro dos BRICS (logo acima da Rússia conforme tabela a seguir).

TABELA 7 – EXPORTAÇÃO DE ALTA TECNOLOGIA

EXPORTAÇÃO DE ALTA TECNOLOGIA (MILHÕES DE US\$)									
#	Países	2010	2011	2012	#	Países	2010	2011	2012
1	China	406.090	457.107	505.646	16	Canada	23.963	25.017	24.039
2	Germany	158.507	183.371	183.354	17	Ireland	21.232	23.752	22.702
3	United States	145.498	145.273	148.772	18	Czech Republic	17.469	23.366	22.008
4	Singapore	126.982	126.435	128.239	19	Philippines	16.072	12.949	20.795
5	Japan	122.047	126.478	123.412	20	Sweden	16.178	18.499	16.547
6	Korea, Rep.	121.478	122.021	121.313	21	Austria	13.721	15.706	16.176
7	France	99.736	105.101	108.365	22	Hungary	18.816	20.649	14.878
8	United Kingdom	59.785	69.315	67.787	23	Spain	11.290	13.370	13.378
9	Netherlands	59.510	67.148	63.963	24	India	10.087	12.871	12.434
10	Malaysia	59.332	61.127	61.223	25	Poland	8.305	8.614	9.560
11	Switzerland	42.820	50.301	50.102	26	Israel	7.979	8.826	9.212
12	Mexico	37.657	40.795	44.013	27	Denmark	8.224	9.464	8.827
13	Belgium	31.949	34.681	36.504	28	Brazil	8.122	8.415	8.820
14	Thailand	34.156	33.265	33.768	29	Russian Federation	5.075	5.443	7.095
15	Italy	26.419	31.192	27.526	30	Slovak Republic	3.741	4.718	6.250

Fonte: Banco Mundial

Ainda com base em dados do Banco Mundial, há indicadores de propriedade intelectual que refletem, de modo geral, o desenvolvimento tecnológico de cada país. O indicador reúne pagamentos e recebimentos em dólar sobre direitos autorais, patentes, marcas, designs, processos industriais e franquias. A tabela a seguir reúne os 28 países maiores recebedores com o Brasil na 24ª colocação.

É bem interessante o fato que os países em desenvolvimento, apesar de manter bom recebimento, pagam um montante muito maior por uso de propriedade intelectual, o que é inverso em países como Estados Unidos, Japão, Reino Unido, Alemanha e França.

TABELA 8 – PAGAMENTO E RECEBIMENTO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

PAGAMENTO E RECEBIMENTO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (MILHÕES DE US\$) - 2013									
	Pagamento	Recebimento	Diferença		Pagamento	Recebimento	Diferença		
1	United States	39.016	129.178	90.162	15	Hungary	1.740	2.184	445
2	Japan	17.831	31.587	13.756	16	Singapore	20.153	2.037	-18.116
3	United Kingdom	9.037	12.947	3.910	17	Austria	1.889	1.052	-837
4	Germany	8.399	12.908	4.509	18	Israel	985	1.007	22
5	France	10.150	11.556	1.406	19	Spain	2.096	968	-1.128
6	Netherlands	4.495	6.317	1.822	20	China	21.033	887	-20.146
7	Sweden	2.247	6.289	4.042	21	Australia	3.928	799	-3.129
8	Ireland	46.407	5.287	-41.120	22	Russian Federation	8.389	738	-7.651
9	Korea, Rep.	9.752	4.232	-5.520	23	Luxembourg	2.471	732	-1.739
10	Italy	5.169	3.970	-1.199	24	Brazil	3.669	597	-3.071
11	Canada	10.850	3.755	-7.095	25	India	3.904	446	-3.458
12	Finland	1.834	3.715	1.882	26	Norway	698	394	-303
13	Belgium	3.335	3.341	5	27	New Zealand	976	320	-656

Fonte: Banco Mundial

O tópico de acesso à tecnologia é o mais complicado para gerar conclusões concretas. Como já apresentado na questão da qualificação da mão-de-obra, há um déficit educacional, o que reflete significativamente em número de pesquisadores e artigos científicos. O Brasil continua distante de países desenvolvidos e de China e Índia (parceiros no BRICS), porém já ocupa posição intermediária, diferentemente do que vimos em outros tópicos.

A tabela de exportação de alta tecnologia deixa bem clara o desinteresse de indústrias com desenvolvimento tecnológico avançado de se instalarem no Brasil. Já foi discutida a dificuldade tributária, o custo-Brasil, a baixa qualidade de mão-de-obra que são fatores preponderantes no

momento de escolher o local para instalação de tais indústrias. Malásia, Tailândia e Filipinas são exemplos de países que também não possuem indústria nacional forte, mas atraem tecnologias internacionais e acabam exportando boa quantidade de produtos de alta tecnologia, o que em algum momento pode refletir no desenvolvimento tecnológico interno destes países.

O mesmo pode ser visto na tabela de pagamento e recebimento por propriedade intelectual. O país não precisa, obrigatoriamente, receber mais que pagar, porém, no caso brasileiro, seria interessante pagar um valor alto já que isto significaria muita tecnologia externa sendo utilizada dentro do país. A utilização da tecnologia dentro do país resultaria em um acesso facilitado cuja consequência será maior estudo e possivelmente desenvolvimento de outras tecnologias.

O ponto mais claro nesta questão é que a tecnologia nacional está relevantemente atrás de países em mesmo nível de desenvolvimento e as condições legais, burocráticas, tributárias, de mão-de-obra e de infraestrutura não são altamente atrativas para as fontes de produção tecnológicas internacionais.

5. CONCLUSÃO

Através da pesquisa pôde-se concluir que o Brasil apresenta números alarmantes em relação aos principais fatores macroeconômicos e governamentais que influenciam no desenvolvimento do empreendedorismo. Foram elencados sete fatores com dados concretos que permitem inferir sobre o ambiente macroeconômico que o Estado brasileiro oferece ao desenvolvimento do empreendedorismo.

Os fatores definidos para a realização da pesquisa são: i) o mercado interno e o ambiente econômico e fiscal brasileiro, ii) o sistema financeiro e acesso ao crédito, iii) a burocracia jurídica, iv) o sistema tributário, v) a qualificação de mão-de-obra, vi) a infraestrutura e vii) o acesso à tecnologia. Estes fatores foram considerados extremamente importantes para o desenvolvimento do empreendedorismo, juntamente com os fatores dependentes do próprio empreendedor (como a ideia inovadora, o conhecimento para gestão, o desenvolvimento do plano de negócio entre outros), e foram analisados para identificar o desafio que é a ação de empreender no Brasil.

Ao discutir a burocracia jurídica ficou evidenciado (principalmente pelo relatório *Doing Business* do Banco Mundial) que há muitos gargalos e limitadores que fazem da realização de um negócio no país algo extremamente oneroso e demorado. Tal qual a burocracia jurídica, o sistema tributário é outro empecilho ferrenho. O Banco Mundial aponta o Brasil como o país que exige mais tempo em preparação e pagamento de tributos e o IBPT aponta para uma carga tributária de aproximadamente 36% do PIB, o que em países em desenvolvimento gira em torno de 20% ou menos.

No quesito acesso ao crédito, segundo dados do Banco Mundial de 2013, o Brasil tem a sexta maior taxa real de juros do mundo a 18,4% ao ano (muito superior aos BRICS) e as linhas subsidiadas do BNDES (com juros bem inferiores à taxa geral do país) destinam-se em mais de 50% a grandes empresas que não dependem tanto deste incentivo. Além do recurso estatal não estar sendo bem distribuído ainda há o gargalo da infraestrutura, principalmente logística, que tem recebido raros investimentos do governo. No relatório do Fórum Econômico Mundial (*The Global Competitiveness Report 2014-2015*) as qualidades de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias são as piores, dentre os 144 países analisados, figurando sempre próximo ou acima da 100ª colocação.

Sobre a qualificação da mão-de-obra é sabido que a educação (tanto de base como superior e profissional) é um fator determinante. Isto leva a mais um gargalo, visto que o número de pessoas com nível superior no Brasil é extremamente baixo. A redução do desemprego aos poucos acomodou a população que foi ficando cada vez menos qualificada e colocou o Brasil como um dos países que mais tem rotatividade de funcionários nas empresas. Este problema também reflete no PIB por trabalhador ativo que segue significativamente abaixo da média mundial (ainda que pouco abaixo de países em desenvolvimento). Parte deste mal indicador explica-se pela educação deficitária e outra parte pela

rigidez trabalhista e pouco adaptada para a produtividade exigida pelo mercado (conforme podemos constatar no relatório da consultoria Hays).

A educação também afeta o acesso tecnológico e constata-se isto pelo baixo número de trabalhos científicos e pesquisadores no Brasil. Contudo as dificuldades para o acesso tecnológico não se resumem à educação. Toda a burocracia jurídica e tributária tal qual a infraestrutura precária repelem indústrias altamente tecnológicas, o que notamos no indicador do Banco Mundial de exportação de alta tecnologia. O mesmo também se pode verificar no indicador de pagamento por uso de propriedade intelectual, ou seja, as altas tecnologias são pouco empregadas em indústrias dentro do país e esta falta de contato atrasa o desenvolvimento interno de novas tecnologias.

Tudo isto reflete no ambiente econômico brasileiro. Os gargalos de infraestrutura, de mão-de-obra, de burocracia jurídica e da carga tributária levam à redução da atividade econômica, que durante muito tempo vem sendo impulsionada pelo incentivo ao consumo (o que tende a gerar inflação). Eis que o crescimento econômico vem a passos curtos. As medidas tomadas são sempre na tentativa de aumentar a arrecadação do Estado e os investimentos, quando existem, limitam-se ao âmbito social, esquecendo-se que o setor privado e o empreendedorismo são ótimas soluções para o desenvolvimento nacional.

Enquanto o mundo inteiro luta para desenvolver o empreendedorismo e incentivar o crescimento de novas empresas com inovações diversas, o Brasil parece trilhar este caminho a passos lentos quando não anda em sentido contrário. São burocracias diversas e custos absurdos em um cenário econômico instável e infraestrutura atrasada. Os lampejos de esperança existem em alguns indicadores, mas o planejamento e a convicção de querer melhorar não se mostram claros quando se analisa a situação geral.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL G. L.; OLENIKE J. E.; AMARAL L. M. F.; *Carga Tributária Brasileira 2012*; São Paulo: 2013 Disponível em: <http://www.ibpt.com.br>
- BNDES; *Relatório Gerencial Trimestral dos Recursos do Tesouro Nacional – 3º Trimestre de 2014*. Rio de Janeiro: 2014.
- BORTOLI NETO, A. *Tipologia de Problemas das Pequenas e Médias Empresas*. Dissertação. 1980.
- CAMPOS J.G.F., NISHIMURA A. T., RAMOS H. R., CHEREZ R. L., SCALFI V. B.; *As Pequenas e Médias Empresas no Brasil e na China: Uma Análise Comparativa*. 2008
- DORNELAS, J. C. A. *Empreendedorismo - Transformando idéias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- ERBER F. S.; *As Convenções de Desenvolvimentismo no Governo Lula: Um Ensaio de Economia Política*. Revista de Economia Política 31 (1), 2011
- FILGUEIRAS, J. L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- FILION J. L.; *Empreendedorismo: Empreendedores e Proprietários-gerentes de Pequenos Negócios*. Revista de Administração, São Paulo v. 34. 1999
- GALLE J. L., BERTOLLI S.; *A Dívida Pública Brasileira Pós Plano Real*. 2004
- Global Entrepreneurship Monitor; *Empreendedorismo no Brasil: 2013* \ Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; autores: Mariano Macedo Matos... [et al] -- Curitiba: IBQP, 2013. 170 p. : il.
- HAYS; *Hays Global Skills Index 2014*. London: 2014
- IBPT; *Evolução da Carga Tributária Brasileira e Previsão para 2013*; São Paulo: 2013.
- MELO C.; *Análise Governo Dilma*. Disponível em: <http://melo.blog.br/2013/03/19/analise-governo-dilma-protetido-por-s> Acesso em: 07/01/2015 às 18:09
- MORAIS L., SAAD-FILHO A.; *Da Economia Política à Política Econômica: O Novo Desenvolvimentismo e o Governo Lula*. Revista de Economia Política 31 (4), 2011.

OECD (2014), *Education at a Glance 2014: OECD Indicators*; OECD Publishing.
<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2014-en>

ROCHA L. L. C.; *Análise Econômica dos Últimos 20 anos com Foco na Gestão da Presidenta Dilma Rousseff*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2013

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae; *A evolução das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte 2009 a 2012*. 2014 www.sebrae.com.br/estudos-e-pesquisas

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae; *Sobrevivência das Empresas no Brasil*. 2013

Tesouro Nacional; Banco de Dados. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/resultado-do-tesouro-nacional> Acesso em: Janeiro/2015

Tesouro Nacional; *Dívida Pública: a experiência brasileira* / Anderson Caputo Silva, Lena Oliveira de Carvalho, Otavio Ladeira de Medeiros (organizadores). – Brasília : Secretaria do Tesouro Nacional : Banco Mundial, 2009.

World Bank Data Base. Disponível em: <http://data.worldbank.org/> Acesso em: Janeiro/2015

World Bank. 2014. *Doing Business 2015: Going Beyond Efficiency*. Washington, DC: World Bank. DOI: 10.1596/978-1-4648-0351-2. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

World Bank. 2013. *Doing Business 2014: Understanding Regulations for Small and Medium-Size Enterprises (Compreendendo as Regulamentações para Pequenas e Médias Empresas)*. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial. DOI: 10.1596/978-0-8213-9984-2. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0

World Economic Forum; *The Global Competitiveness Report 2014-2015*. Geneva: 2014